

Uma leitura construtivista sobre a identidade social britânica durante o Brexit

VERSÃO FINAL APÓS DEFESA

Thomas Henrique Lopes Tavares

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em
Relações Internacionais
(2º Ciclo de Estudos)

Orientador: Professor Doutor Bruno Ferreira Costa

Covilhã, Julho de 2021

Aos meus pais, Irineu Tavares e
Vera Lúcia, e a minha amada
companheira Samara Pontes

Agradecimentos

Gostaria de inicialmente começar agradecendo a Deus, por todas as bênçãos que ele me concedeu até esse formidável momento. Agradeço imensamente por ele me ter protegido, orientado e abençoado todos os meus passos até aqui, neste último ano que fora demasiado cansativo e marcado por momentos desoladores em decorrência da Covid-19.

Agradeço a meu orientador, Professor Doutor Bruno Daniel Ferreira da Costa, que muito me ajudou ao longo de todo esse percurso. Obrigado por sua paciência e dedicação, por me instruir da melhor forma possível e por dividir comigo parte de seu conhecimento e experiência. O senhor é uma grande inspiração acadêmica para mim.

Agradeço à Universidade da Beira Interior, pela oportunidade e pelo espaço para o desenvolvimento da minha pesquisa. Agradeço também a todos os professores do Departamento de Sociologia da Universidade, por todo o conhecimento compartilhado e pelas aulas mais brilhantes que tive a oportunidade de assistir.

Agradeço a Irineu Tavares, amado pai e amigo, que muito me orgulha em tudo aquilo que faz, inspirando e orientando os meus passos em direção ao caminho correto. Obrigado por acreditar em mim e por tornar possível meu tão estimado sonho de estudar. Sem você isso não teria sido possível.

Agradeço a Vera Lucia, querida mãe e origem de todas as minhas forças. Obrigado por ter estado comigo em todos os momentos dessa trajetória, ainda que a distância, me apoiando, inspirando e me dando forças para continuar tentando, sem nunca me render ou desistir dos meus sonhos.

Agradeço a Samara Pontes, minha amada companheira, que desde o início me incentivou a seguir o meu sonho e abraçar essa oportunidade tão única na minha vida. Obrigado por ter estado ao meu lado em todos os momentos dessa aventura, me dando força, apoio e incentivo sempre quando o medo e a incerteza pareciam maiores do que tudo. Te amo!

Agradeço a minha ex-orientadora, Professora Doutora Jucimara Tarricone, de quem tive a honra e o prazer de ter sido aluno na Licenciatura. Obrigado por todos os ensinamentos, incentivos e por ter acreditado no meu sonho de fazer um mestrado no exterior.

Por último, um agradecimento especial e uma dedicatória a Roger Scruton, filósofo britânico, que tristemente faleceu no ano passado e cujas ideias e trabalho muito influenciaram o meu pensamento e serviram de incentivo e base para o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos o meu muito obrigado!

Resumo

O objetivo do presente trabalho é o de abordar a recente decisão de saída do Reino Unido da União Europeia como Estado-membro, fenómeno conhecido como *Brexit*. Nesta medida, esta dissertação opta por trilhar um caminho diferente da maioria dos estudos recentes relativos a este fenómeno, tendo como foco de seu estudo a identidade ideológica do *Brexit*. Com o intento de desenvolver uma leitura construtivista da temática, recorreremos ao contributo do teórico norte-americano de relações internacionais, Alexander Wendt. Este trabalho utilizará a teoria pura para analisar a identidade britânica, e os elementos que a compõem, com a pretensão de melhor compreender a identidade social do Reino Unido e como esta pode ter influenciado a decisão que originou o resultado favorável à saída da União Europeia. A fim de melhor compreender tal aspeto, este trabalho utilizará uma abordagem histórico-descritiva com o objetivo de salientar os momentos fundamentais para a formação do Reino Unido como Estado-nação, a relação histórica deste com a União Europeia, o conservadorismo político e moral presente na sociedade civil, o nacionalismo inglês, e a maneira como todos estes aspectos convergem para a construção da identidade social inglesa.

Palavras-chave: Brexit, Construtivismo, Identidade Social, Reino Unido, Conservadorismo.

Abstract

The focus of this current dissertation is to approach the recent decision to withdraw the United Kingdom from the European Union as a member state, a phenomenon known as Brexit. In this respect, this dissertation chooses to follow a path that is different from most recent studies on this phenomenon, focusing on the ideological identity of Brexit. In order to develop a constructivist reading of the theme, we resorted to the contribution of the North American theorist of international relations, Alexander Wendt. This work will use pure theory to analyze the British identity, and the elements that compose it, with the intention of better understanding the social identity of the United Kingdom and how it may have influenced the decision that led to the favorable outcome for leaving the European Union. In order to better understand this aspect, this work will use a descriptive historical approach in order to highlight the key moments for the formation of the United Kingdom as a nation-state, its historical relationship with the European Union, the political and moral conservatism present in civil society, English nationalism, and the way in which all these aspects converge in the construction of English social identity.

Keywords: Brexit, Constructivism, Social Identity, United Kingdom, Conservatism.

Sumário

Lista de Siglas e Acrónimos	xiv
Introdução.....	1
Estado da Arte.....	5
Capt. 01: Construtivismo Social nas Relações Internacionais	16
1.1 Uma Breve História sobre o Construtivismo Social nas Relações Internacionais	16
1.1.1 Neorrealismo, Neoliberalismo e a Guerra Fria.....	17
1.1.2 A ascensão do Construtivismo Social no decurso Histórico das Relações Internacionais.....	19
1.2 O Construtivismo como Teoria Social.....	22
1.2.1 A Teoria do Conhecimento de Immanuel Kant.....	22
1.2.2 Émile Durkheim e o Fato Social	24
1.2.3 Max Weber e a Compreensão Subjetiva da Sociedade	26
1.2.4 Anthony Giddens e a Teoria da Estruturação.....	27
1.3 O Construtivismo Social como Teoria das Relações Internacionais Contemporâneas	29
1.3.1 O Construtivismo de Alexander Wendt e a Construção da Identidade Social	30
1.3.2 O Sistema Anárquico e suas Variantes na perspectiva Construtivista	32
Capt. 02: Um Olhar Sobre o Reino Unido e a sua História	36
2.1 O Nascimento de uma Nação	36
2.1.1 Da Era das Invasões a Revolução Gloriosa	37
2.1.2 Da União Anglo-Escocesa de 1707 à Pax Britannica	40
2.1.3 O Pós-Guerra, Commonwealth e a adesão à Comunidade Econômica Europeia	43
Capt. 03: Uma Análise Construtivista acerca do Brexit e da Identidade Social do Reino Unido	51
3.1 O Conservadorismo Liberal Inglês e o Common Sense na Identidade Social Britânica.....	51
3.2 O Nacionalismo como Ideologia Política e o Saudosismo dos Tempos do Império	57

3.3 Uma Análise Construtivista acerca da Identidade Social Inglesa em meio ao Brexit	66
Conclusão.....	75
Bibliografia	79

Lista de Siglas e Acrónimos

CECA - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE – Comunidade Económica Europeia

EUA – Estados Unidos da América

GB - Grã-Bretanha

GEE – Gases de Efeito Estufa

PIB – Produto Interno Bruto

RI - Relações Internacionais

RU - Reino Unido

UE - União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

O Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte apresenta-se como uma das maiores potências mundiais, sendo essa influência e esse posicionamento observado por um conjunto amplo de razões, nomeadamente: a trajetória do seu império; a disseminação e relevância do recurso à língua inglesa por todo o mundo; a sua participação nos principais episódios da história mundial; a conservação de seus hábitos e costumes; ou até mesmo pela edificação de um regime e sistema político (monarquia parlamentar), que desde 1688, se consolidou como um dos mais respeitáveis e atuantes do globo.

A Câmara dos Comuns de Westminster, durante sua trajetória, fora responsável por protagonizar alguns dos debates mais relevantes do universo da política, bem como deu voz a figuras ilustres, como: Winston Churchill (1940-1945), Clement Attlee (1945-1950), Harold MacMillan (1957-1963), Margaret Thatcher (1979-1990), John Major (1990-1997), entre outros, que por via de seus discursos marcaram a agenda política e económica global, bem como o debate em torno dos modelos de convivência societal.

O ano de 2016 marca um período relevante da história do Reino Unido, com o referendo sobre a continuidade ou saída da União Europeia a produzir um impacto significativo na dinâmica das relações internacionais. Este fenómeno ficou conhecido como *Brexit*, sendo a junção das palavras *British* (Britânico) com *Exit* (Saída) na língua inglesa.

Tanto à época como agora, muito se vem debatendo sobre quais as razões que conduziram a este resultado, alterando de forma significativa a relação entre o Reino Unido e a União Europeia, mas de igual modo alterando a relação do Reino Unido com os Estados-membros da União. Os motivos na base deste processo de divórcio constituem um dos focos centrais na investigação sobre a relação entre o Reino Unido e a União Europeia, sendo possível elencar um conjunto de questões técnicas objetivas, tais como: política económica; política monetária; questão orçamentária; imigração; política de segurança e defesa; até questões gerais mais subjetivas, como o patriotismo inglês e o saudosismo dos “tempos de ouro” da antiga coroa britânica, num processo de culpabilização da U.E. pelas sucessivas crises políticas, económicas e sociais vividas.

Durante o processo do *Brexit*, um aspeto em particular se mostrou deveras recorrente, o apego de lideranças políticas e da população em geral pertencentes à esfera doméstica a discursos e posicionamentos que remetem para ideias eurocéticas, ou seja, a adesão a um discurso negativo em relação ao projeto europeu, bem como o elencar de um

conjunto de informações desprovidas de confirmação, numa época marcada pelo incremento da comunicação online e da disseminação de *fake news*.

Ao longo dos últimos anos verificou-se a adoção de um discurso que vai ao encontro dessa agenda eurocética, tanto na campanha pelo referendo, como pela análise dos debates ocorridos na Câmara dos Comuns, ou no processo de negociação com a União Europeia, registaram-se manifestações relativas ao novo papel do Reino Unido e à concretização do “divórcio” com a U.E.

Em razão disso muito se argumentou, ao longo dos últimos anos, que o *Brexit* seria um fenómeno resultante de uma agenda política conservadora. Ou seja, a saída do R.U. da U.E. estaria sendo uma tomada de decisão política retroativa e protecionista, fazendo frente à integração político-económica e às diversas ações de carácter supranacionais promovidas pela União Europeia. No entanto, a afirmação de que o *Brexit* seria um fenómeno político conservador poderia ser de facto considerado uma verdade inquestionável? O *Brexit* seria mesmo uma decisão política com base em perspectivas liberais conservadoras, ou poderia na verdade ser apenas um episódio singular inspirado por uma agenda eurocética, já em curso no velho continente, somado a um nacionalismo imperial adormecido?

Essas indagações são muito pertinentes para o estudo das relações internacionais contemporâneas, pois advertem para uma pauta real vivida pela U.E. num determinado momento; o crescimento do Euroceticismo e a projeção da comunidade europeia como sendo a grande “vilã” dos Estados soberanos no continente. Logo, é com base nessas premissas que este trabalho tem como proposta responder à seguinte **pergunta de investigação**: “Qual a identidade ideológica do Brexit?”.

Com o propósito de responder à pergunta de investigação mencionada, a presente dissertação terá como **objetivo principal** analisar em que medida os ideais do conservadorismo e do nacionalismo britânico estiveram presentes no processo de retirada, e desta forma pontuar se o mesmo pode ser caracterizado como uma decisão conservadora ou nacionalista, tendo em vista a conjuntura da identidade social inglesa.

Com o intuito de aprofundar o conhecimento e a caracterização deste processo, este trabalho também enumera um conjunto de **objetivos específicos, a saber**: (i) abordar de forma crítica o contributo do construtivismo social, de modo a compreender o seu impacto e o seu contributo para o desenvolvimento da escola de pensamento das relações internacionais e como a mesma será aplicada na proposta, como meio de análise da identidade social do R.U.; (ii) discorrer, por via de uma abordagem histórico-descritiva, acerca da história do Reino Unido, abordando alguns dos aspetos

fundamentais para a formação deste como nação, salientando alguns episódios chave de sua trajetória, assim como a relação histórica deste com a própria comunidade europeia e a maneira como este também se posicionava em relação a U.E. até aos dias atuais; e (iii) verificar por via da abordagem descritiva e com recurso a um conjunto de exemplos de que forma o conservadorismo e o nacionalismo estiveram presentes no *Brexit*, procurando desenvolver uma reflexão aprofundada acerca do conceito de identidade social britânica, e assim responder através de uma análise construtivista se o *Brexit* pode ser caracterizado como um fenómeno político assente numa perspectiva conservadora ou nacionalista.

Para nortear o estudo do tema escolhido para esta dissertação, adotar-se-á a seguinte **hipótese**: o Brexit caracteriza-se por ser um fenómeno político iminentemente nacionalista. Neste sentido, o principal intento desta dissertação de mestrado é analisar essa afirmação e apresentar assim outra leitura sobre a questão. Pois, embora o Reino Unido seja reputado como um Estado cuja história e condutas políticas remetem bastante à visão conservadora, o *Brexit* pode representar um ponto fora da curva neste sentido, sendo este alimentado por um antigo sentimento nacionalista somado a um euroceticismo em ascensão no continente europeu.

A **justificativa** para a realização desta dissertação de mestrado é de que o tema é extremamente atual e representa uma pauta bastante pertinente a ser discutida, pois afinal não estamos a falar apenas de um Estado-membro que optou por sair da União Europeia, mas sim da primeira vez em que tal situação se registou na história do projeto europeu. Considerando que os últimos anos têm sido marcados pela emergência de líderes políticos com um discurso mais nacionalista e eurocético como: Marine Le Pen na França (2011), Viktor Orbán na Hungria (2010), e Andrzej Duda na Polónia (2020), importa recentrar a discussão em torno de uma visão abrangente e que possa cimentar caminho para futuras análises sobre a construção e desenvolvimento do projeto europeu.

É sabido que o projeto do Reino Unido de deixar a União Europeia é algo deveras amplo e que traz consigo uma série de questões pertinentes ao debate académico, desde questões gerais até a questões mais específicas. No entanto, uma vez que lidamos com um tema atual e em curso, não é nosso objetivo especular ou apresentar cenários que retratem o período pós-*Brexit*, os impactos que este poderá provocar na política e economia doméstica, os possíveis reflexos políticos que este pode ter na União Europeia, as questões económicas envolvidas, nem discorrer de forma exaustiva sobre

minudências técnicas absortas no acordo. Desta forma, este trabalho focar-se-á nas questões de natureza histórica, política e de identidade social presentes nesse debate.

Por fim, com a pretensão de atingir de forma plena os objetivos presentes na dissertação de mestrado, apresentamos como enquadramento metodológico o recurso à Teoria Pura que juntamente com a abordagem histórico-descritiva permitirão fazer esta revisão acerca da trajetória do Reino Unido, a presença do Conservadorismo e do Nacionalismo na sociedade inglesa, assim como por via do Construtivismo Social analisar-se-á a formação da chamada identidade social britânica e de que maneira esta influenciou no *Brexit*. Serão utilizados para efeitos de resolução dos objetivos: livros académicos, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, periódicos e matérias da comunicação social britânica e internacional, ou seja, socorremo-nos, essencialmente, de fontes secundárias de informação para a elaboração do presente trabalho.

Estado da Arte

Conforme explanado anteriormente, a presente dissertação apresenta uma proposta de análise bastante singular sobre o *Brexit*, tendo em vista um estudo mais particular da identidade social inglesa, bem como a análise de elementos do conservadorismo e nacionalismo britânico absorvidos no episódio, por meio da abordagem construtivista. Todavia, antes de desenvolver o respetivo enquadramento teórico e análise sobre a questão, torna-se necessário um breve estado da arte acerca da temática. Com o intuito de familiarizar o leitor *a priori* sobre os respetivos estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre o *Brexit*, e quais especificidades vêm sendo mais enfatizadas em pesquisas científicas recentes.

O referendo que culminou com a decisão de saída do R.U. da U.E. foi aprovado por maioria popular no país no dia 23 de junho de 2016. Após a aprovação do referendo, o parlamento britânico começaria a discutir assiduamente os termos, condições e aspetos principais de sua proposta de saída da U.E. sob a gestão da então primeira-ministra, Theresa May (2016-2019), e posteriormente sobre a gestão do *premier*, Boris Johnson (2019-).

Desde então, numerosas pesquisas científicas e análises críticas começaram a emergir no meio académico acerca do *Brexit*. Muitos pesquisadores e analistas procuravam compreender a natureza inédita de tal evento, e assim desenvolver teses relativas aos prováveis impactos que este teria na União Europeia, *vis-à-vis* sua relação histórica com o Reino Unido. Todavia, no mesmo sentido também surgiram pesquisas recentes relativas ao impacto do *Brexit* no R.U. e os prováveis desafios que este irá enfrentar num futuro próximo. Desta feita, destacaremos algumas das pesquisas principais direcionadas a esta temática, a fim de desenvolver o estado da arte.

Com o referendo inglês, Londres não demorou muito para sentir os primeiros efeitos de tal decisão política, especialmente no que diz respeito à pauta económica do país. A libra esterlina chegou a ficar abaixo de 1,30 dólares, a menor cotação desde junho de 1985, logo após a aprovação do referendo (Cardoso, 2016). Deste modo, muitos especialistas começaram a discorrer sobre os principais impactos do *Brexit* no mercado britânico, bem como na política comercial da U.E.

Quando o processo ainda estava no seu início, circulou o argumento de que a saída de um importante Estado-membro, como o Reino Unido, forçaria a U.E. a um revisionismo das suas políticas comerciais a fim de adotar uma postura mais voltada para dentro, ou seja, uma política económica mais protecionista. Entretanto, tal

narrativa era vista àquela altura como um palpite arriscado, em razão de ainda se desconhecer os rumos que tal processo político, de facto, tomaria e suas respectivas consequências. Conforme nos salientam De Ville e Siles-Brugge (2019),

The conventional wisdom has been that the UK's withdrawal will push the EU in a less liberal policy direction. We have argued that this expectation is based on an unduly static analysis of the consequences of Brexit. We cannot simply subtract UK representation from the EU when considering the impact of Brexit on this policy area as there are several dynamic factors that might affect EU trade policy going forward. (...) Brexit may shape EU trade policy in counterintuitive ways. For example, a soft Brexit outcome, where the UK remains de facto in the Single Market and Customs Union while losing influence over EU decision-making, could change EU trade policy more than a hard Brexit. In the case of the former, EU leverage in trade negotiations would remain unchanged, while we might expect little relocation by UK firms which would no longer be represented by the EU in trade policy. Consequently, the EU's position could become somewhat less liberal. (...) A hard Brexit, meanwhile, is less likely to lead to changes in the EU's trade policy position, as firms dependent on regional and global economic integration are more likely to relocate to the EU. Cross-border services suppliers and manufacturing in transnational supply chains would retain representation in EU trade policy. All in all, whether because of continued interdependence or relocation, key pro-liberalisation interests will continue influencing EU trade policy post-Brexit. This is contrary to the expectation that Brexit will necessarily push the EU in a more protectionist direction (p. 15).

À época, ainda existiam muitas dúvidas sobre se o R.U. conseguiria aprovar uma proposta de acordo comercial com a U.E. ou se esse acordo falharia. Embora os *brexiteers* (defensores da saída do Reino Unido da União) desejassem uma saída rígida, tal proposta deixaria o R.U. numa posição comercial bastante problemática, afinal metade das transações comerciais do país eram registadas com a U.E., além do facto desta ser também a parceira comercial mais rica e mais próxima (Winters, 2021).

Junto a tais teorizações sobre os possíveis rumos da economia britânica num cenário pós-*brexit*, também surgiram pesquisas relativas ao futuro de certos setores da economia nacional, sendo que um dos setores que mais preocupação gerava no Reino Unido era o setor agrícola..

Afinal, uma vez dentro da U.E., os agricultores britânicos usufruíram de diversos benefícios e incentivos fiscais em virtude da *Common Agricultural Policy* (CAP). De acordo com Hubbard, Moxey & Harvey (2021)

Current CAP annual payments to UK farmers amount to £2.5 billion. A further £800 million per year is paid for environmental conservation and rural development schemes (...) The removal of current support, particularly direct payments, will expose many farms to extreme pressures and cause changes to management practices and/or a reallocation of resources (land, labour, capital) between enterprises and sub-sectors, and even exit from farming altogether (p. 10).

Logo, a possibilidade de um *hard-brexit* levou muitos acadêmicos e especialistas na área a reexaminar pelo futuro do mercado agrícola, pese embora o setor agrícola no Reino Unido represente hoje uma fração ínfima da riqueza total da nação, cerca de 1% do PIB inglês. No entanto, este não é um setor menos importante, tendo em vista seu suporte a empresas do tipo *downstream* e *upstream* que empregam 4 milhões de pessoas e movimentam cerca de 100 milhões de libras na economia nacional (Hubbard, Moxey & Harvey, 2021, p. 10). Assim, um mercado agrícola ausente das presentes condições poderia representar um prejuízo económico significativo para o R.U. a longo prazo.

Junto a isso, também surgiram estudos relativos ao possível risco que poderia sofrer o mercado energético da Grã-Bretanha. De acordo com Gomes (2016), havia uma preocupação geral entre as autoridades económicas quanto às consequências imediatas no setor energético após o *Brexit*, especialmente o setor de petróleo e gás natural,

o Reino Unido é importador líquido de petróleo e de gás natural desde os anos 2003-2004 e também importa quantidades crescentes de derivados de petróleo. Em 2014 o país importou 29 milhões de toneladas de derivados, contra 14 milhões no ano 2000 (...) O Reino Unido importa gás natural do continente europeu, em particular da Rússia, Noruega e Holanda, e mais recentemente vem importando GNL dos mercados mundiais, através de três terminais de regaseificação. (...) Em um primeiro momento, logo após o referendo, houve uma queda nos preços de commodities energéticas comercializadas globalmente como o petróleo e o carvão, devido tanto à valorização do USD como ainda pela preocupação quanto ao impacto do BREXIT no crescimento da economia mundial (p. 6-7).

Embora à época fosse considerado prematura a tarefa de elencar as consequências objetivas que sofreria o setor energético, justamente por não se saber que rumo o *Brexit* tomaria; se este tomaria um caminho similar ao da Noruega fazendo parte da Área Económica Europeia, ou se integraria um Acordo de Livre Comércio próprio a semelhança do que fizera o Canadá (Gomes, 2016). Podia-se afirmar em um âmbito geral que o Reino Unido, considerando o seu histórico de política liberal neste ramo, continuaria a cooperar de maneira aberta no setor de energia com os demais atores globais.

No final de 2020, um acordo comercial histórico foi assinado entre o R.U. e a U.E., pondo fim ao processo de “divórcio”. Com este passo,

o acordo mantém praticamente intacta a relação comercial entre as duas margens do Canal da Mancha, um enorme fluxo que movimenta mercadorias no valor de mais de 500 bilhões de euros por ano (3,2 trilhões de reais). (...) Será mantida uma abertura total e recíproca dos mercados. As empresas britânicas terão acesso ilimitado e permanente a um mercado de 450 milhões de pessoas. E as empresas europeias poderão continuar a negociar com o Reino Unido nas mesmas condições que as atuais, o que mantém aberto um mercado ao qual destinam 18% das suas exportações extracomunitárias (Miguel, 2020).

Todavia, no ano de 2020 o mundo fora impactado por um dos mais impactantes eventos transnacionais, a pandemia do novo Sars-Cov-2. Com a emergência do novo coronavírus, em meio aos encaminhamentos finais das negociações do *Brexit*, tornou-se evidente a preocupação dos atores políticos relativamente ao futuro económico do país. Com o governo nacional impondo medidas restritivas e de combate à disseminação do vírus como prioridade máxima, surgiram diversas pesquisas ao longo do ano de 2020 sobre o impacto do novo coronavírus na economia do país e no processo de conclusão das negociações do *Brexit*.

Ambos os eventos geram variáveis importantes na resolução económica do país, conforme nos salientam Tetlow e Pope (2020, p.1) “*Brexit* and coronavirus are two shocks that are almost perfectly designed to substantially affect the entire UK economy”. Porém, de modo a obter uma visão mais específica e detalhada sobre este fenómeno, tornou-se necessário o desenvolvimento de estudos que fossem capazes de mensurar o impacto do *Brexit* e da pandemia nos destinos políticos e económicos do Reino Unido.

No estudo desenvolvido por Tetlow e Pope (2020), os pesquisadores apontam para um grau de discrepância referente ao impacto que ambos os eventos terão. De acordo com a pesquisa, espera-se que a pandemia do novo Sars-Cov-2 ocasione maior disfunção económica no curto prazo e nos setores mais dependentes do contato humano, como o setor de bens e serviços. De facto, “coronavirus led to a sharp economic contraction in 2020. UK economic output in the third quarter of 2020 was 10% smaller than it was in the final quarter of 2019” (Tetlow & Pope, 2020, p. 04), sendo estes setores muito relevantes e responsáveis por parte expressiva do PIB do Reino Unido.

No entanto, no que diz respeito à retirada inglesa, tais adversidades levarão determinado tempo para se materializarem, tendo em vista que o comércio entre o R.U. e a U.E. não sofrerá grandes mudanças com a implementação do novo acordo. Contudo, ambos os pesquisadores apontam que embora o momento possa sugerir certa “calmaria”, os revezes económicos por não estar no Mercado Comum e na União Aduaneira serão sentidos *a posteriori*. De acordo com os pesquisadores,

some sectors are badly affected by coronavirus and are also likely to be badly affected by Brexit. However, on the whole, it seems likely that Brexit will hit hardest those sectors of the economy that got off most lightly from coronavirus, because Brexit affects sectors that rely on cross-border trade, which are less likely to be reliant on face-to-face contact. There are relatively few sectors that are expected to avoid major impacts from either Covid-19 or Brexit. Most of the economy will be hit by one or the other (or both). In fact, the nature of the two crises means that between them the shocks cover almost as broad a swathe of the economy as possible: with Brexit affecting tradeable sectors such as

pharmaceuticals, while Covid-19 has hit non-tradeable services sectors like arts and recreation hardest. Sectors badly affected by both Covid-19 and Brexit represent only 3% of GDP. But few sectors escape unscathed – 69% of the economy is made up of sectors that are badly affected by coronavirus, Brexit, or both (Tetlow & Pope, 2020, p. 04).

Destarte, existe um aspeto em comum que acaba sendo percebido nos estudos apresentados, todos estes aparecem como teses sugestivas sobre os impactos negativos ou positivos do evento no longo prazo. Embora, certos cenários de discrepância económica e financeira possam ser calculados de maneira quantitativa a curto prazo, certas temáticas mais complexas só podem ser desenvolvidas no terreno da hipótese. De facto, as possíveis mudanças que poderiam ocorrer nas políticas da União Europeia após a saída do Reino Unido do bloco, especialmente em relação aos demais Estados-membros e às empresas.

De acordo com De Ville e Siles-Brügge (2019), após a aprovação do referendo muitos pesquisadores têm focado os seus trabalhos nos possíveis reflexos do *Brexit* nas políticas europeias, contudo estes tendem a fazer esta análise de duas formas distintas.

A primeira refere-se à análise do *Brexit* através das teses integracionistas, encarando a retirada inglesa como um evento de forte magnitude capaz de desestabilizar a política europeia de integração e cooperação entre os Estados, tal como a crise dos refugiados sírios ou a crise monetária da zona do euro, por exemplo. A segunda maneira procura desenvolver estudos tendo como base a ausência do Reino Unido e de que maneira a U.E. procuraria equilibrar possíveis crises desenvolvendo uma política supranacional mais direcionada para o social dos Estados (p. 01-02).

O desenvolvimento de tais pesquisas à época, embora consideradas prematuras em virtude da tensão e instabilidade crescente entre os atores, sugeriam que a ausência do R.U. na U.E. poderia acabar servindo de estopim para mudanças políticas pertinentes dentro do bloco. Conforme nos salientam,

the uncertainty surrounding the future relationship points to the way in which the effects of Brexit on EU policies will depend on adjustments in the behaviour of both societal and institutional actors. (...) Institutional actors may also change their preferences or strategies after Brexit. Before the UK's withdrawal, Member States in the Council may have engaged in political horse-trading with the UK, or they may have relied on the UK to block proposals without the need to explicitly state their own opposition. (...) EU actors, moreover, have already begun to adjust their preferences or strategies to Brexit since the referendum result. There has been evidence of firms already relocating from the UK to the EU27, which may result in changes to the preferences of Member States in different policy areas (...) the absence of the UK may also lead to smaller, 'iterative' changes within the existing institutional structures (De Ville & Siles-Brügge, 2019, p. 02-03).

Deste modo, podemos afirmar, com base em tais estudos, que o *Brexit* poderia acabar levando a mudanças drásticas de comportamento por parte dos Estados e empresas inseridas no bloco europeu, em virtude do forte receio da instabilidade política vivida, podendo as empresas exigir políticas sociais mais progressistas e protecionistas em função de salvaguardar a sua estabilidade económica no sentido macro da questão.

No entanto, para além desta variável relativa à crescente instabilidade político-económica entre os agentes envolvidos, pode existir outra explicação para essa preocupação, neste particular a tese teria como base a estrutura global na qual o poder e seus atores globais já se encontram moldados. De acordo com Smith (2019),

the initial assumption that the EU will have problems in defining its international roles in the post-Brexit world, and that the presence of post-Brexit Britain will play a substantial part in shaping this process of role definition. Partly, this reflects the historical reality that the two entities have had such problems during the UK's membership of the European project, that those problems have intersected in the development of 'European foreign policy' and other areas of external action, and that there is no reason to expect that the problems will go away just because the UK is no longer a member state. Partly also, it reflects the global background, in which the international opportunity structure for all actors has been shaped and reshaped by global power (p. 84).

Para além desta pauta, outras pesquisas pertinentes que surgiram nos últimos anos incidiram sobre as políticas internacionais que eram estritamente apoiadas e desenvolvidas pelo R.U. durante o seu período de colaboração junto ao bloco europeu; e como estas permaneceriam após a saída do país da U.E. Neste conjunto de medidas e pautas políticas, destaca-se a relativa às políticas sobre a governança climática.

A pauta referente ao impacto das mudanças climáticas tornou-se um dos assuntos mais recorrentes em reuniões de Estados e organizações internacionais na atualidade. Neste aspeto em especial, o Reino Unido destaca-se como um dos Estados que mais atenção tem dado a esta temática. Embora na última década, em virtude da crise financeira, o país tenha diminuído parte dos investimentos centrados na área das mudanças climáticas, este continuou cumprindo os principais compromissos internacionais nesse âmbito. Conforme nos destaca Tobin (2021),

the UK became the first state in the world to create a Climate Change Act back in 2008, with a pioneering commitment that created an independent Climate Change Committee and placed fiveyearly 'carbon budgets' in legislative stone. Occurring just before the global financial crisis, while climate change was at the top of the UK's political agenda, the Act achieved cross-party support. In the following years, climate change received less Government attention. Investment was slashed during the austerity agenda of the early-2010s, exemplified by the 2015 decision to scrap the Zero Carbon Homes policy. To date, the UK has been able to meet its international climate commitments, particularly due to the replacement of coal in the electricity sector. However, during much of the

2010s, momentum was lost, with no real progress in reducing emissions from buildings or transport (p. 12).

Desta forma, a principal indagação que se tem em relação à temática está na forma como a União Europeia continuaria a manutenção destas pautas climáticas, todavia com a ausência dos britânicos neste seguimento.

Tendo em vista que a U.E. não é um Estado singular e sim uma composição integrada de vários destes soa desafiador para tal ente a tarefa de manter sua atual credibilidade perante o sistema internacional nesta causa. De acordo com o que nos apontam Dupont e Moore (2019),

the challenges are expected to play out over the long term, and removing the UK from the EU's internal policy development and the EU's climate diplomacy is likely to result in changes in: (1) the credibility and ambition of EU internal policies; (2) the consistency and effectiveness of climate diplomacy; and (3) the ability to attract followers. The speed and scale of the changes (both to policy and to diplomacy) are likely to depend to a considerable extent on the nature of the future UK–EU relationship on climate governance (p. 52).

No entanto, de modo a entender melhor os obstáculos previstos, torna-se necessário salientar o papel que o R.U. tinha na U.E. na área das alterações climáticas. Em um âmbito bastante geral, o R.U. apoiou com denso rigor a política climática da U.E., em uma demonstração clara do seu papel de liderança na governança climática. Durante seu período de colaboração, por exemplo, o R.U. apoiou, de forma clara, as metas de redução de GEE na U.E. durante as negociações climáticas em Copenhaga, endossando uma meta audaciosa de 50% de GEE até 2030. Porém, o R.U. endossou tal política climática com ressalvas, como nos revelam Dupont e Moore (2019),

the UK did not support EU climate policy efforts across the board—it pushed for its own preferences on both EU GHG targets and on the choice of policy instruments. The EU's 2030 climate and energy framework includes targets for increasing the share of renewable energy (to at least 32 per cent) and for improving energy efficiency (by at least 32.5 per cent). In line with its focus on a 'one-target' policy discourse, the UK supported removing the 2030 renewables target completely, opposed a binding target when its proposal for removal failed, and argued for a flexible, indicative 2030 energy efficiency target (p. 53).

Neste sentido, percebe-se que o R.U. embora reforçasse boa parte das políticas climáticas promovidas pela União Europeia, acabava por dar maior destaque e atenção a temas que estivessem mais ao seu alcance, bem como interesse político e não necessariamente o interesse político do bloco em uma visão maioritária. Tal situação resultava do facto do Reino Unido beneficiar do protocolo de *opt-out* com a U.E.

Desta forma, levantava-se a dúvida sobre a forma como a União Europeia iria conduzir a política climática pós-*Brexit*? A resposta, novamente depende da forma como R.U. e U.E. definiriam as suas relações futuras; se a nação britânica permaneceria alinhada com tais propostas mesmo após a retirada ou não. De acordo com Dupont e Moore (2019),

under the first scenario of a cooperative future relationship, management strategies are less urgent. Cooperation and EU–UK diplomatic channels would remain open, and the divergence that occurs would likely be predictable and stepwise, making management planning feasible. (...) This second scenario may lead to rivalry between the EU and the UK, which could result in ‘rivalrous emulation’ pushing the EU and UK towards ever higher levels of climate ambition through their competition for leadership status (p. 57).

Contudo, os estudos existentes sobre o Brexit não se focam apenas em projeções e análises técnicas sobre o futuro da economia inglesa, ou sobre os impactos que este porventura teria na economia e nas políticas europeias. A par destes estudos, seria possível encontrar outros estudos mais centrados em detalhes e questões técnicas, bem como trabalhos sobre o possível impacto do *Brexit* na própria estrutura da União Europeia, uma vez que a saída representava um rutura histórica central na orgânica política da União.

Diversos fatores internos corroboraram para a opinião pública britânica votar a favor da retirada inglesa do bloco europeu. Dentre os vários motivos, existe um aspeto em particular que desde o início fora muito enfatizado nos debates e pesquisas académicas, como sendo um dos motivos elementares para a concretização do *Brexit*, a questão relativa aos imigrantes que vivem no R.U. Conforme nos afirma Portes (2021),

immigration was a major factor — perhaps the major factor — in the Brexit vote. Over the past two decades, migration from the EU has boosted growth, helped address skill and labour shortages, and benefited the public finances. It also led to rapid population growth in some areas. Against a background of austerity and cuts to public services — and a hostile media and opportunistic politicians looking for convenient scapegoats — it generated significant social and political tensions, which provided much of the impetus behind Brexit (p. 32).

A questão relativa aos imigrantes no Reino Unido é demasiado complexa e está diretamente ligada às raízes históricas do país desde a primeira invasão romana na ilha no ano 55 a.C. – esta questão será melhor desenvolvida *a posteriori* no segundo capítulo sobre a história do Reino Unido. Contudo, torna-se possível afirmar que com a globalização e a maior presença do R.U. no bloco europeu nas últimas duas décadas, a imigração passou a ser um dos temas centrais de análise na relação entre o Reino Unido e a União Europeia.

Em 2004, por exemplo, o Reino Unido decidiu abrir o seu mercado para os mais recentes Estados-membros da U.E., esta decisão levaria um número expressivo de imigrantes a escolherem o vizinho do outro lado do canal como seu principal destino. Em adição a isso podemos pontuar o dinamismo que o mercado inglês trazia no começo do século, característica esta considerada demasiado vantajosa aos imigrantes. Junto a isso podemos acrescentar também o fator linguístico e acadêmico; muitos dos imigrantes que escolhiam o R.U. faziam em virtude de seus centros universitários de excelência, e a fim de aprimorar seus conhecimentos na língua inglesa. Todom este somatório de fatores faria o número de residentes no R.U. mais do que duplicar para 3,6 milhões de pessoas ao longo de quase vinte anos (Portes, 2021, p. 32).

Embora o *Brexit* neste sentido marque um importante ponto de viragem, este também não representa necessariamente o fim da imigração ao Reino Unido. O próprio acordo de retirada britânica em seu início já decretava que residentes oriundos de outros países da U.E., poderiam manter seu direito a permanecer no país. Porém, após o período de transição o R.U. apresentou novos critérios para os futuros imigrantes que queiram residir no país. De acordo com Portes (2021),

from 1 January 2021, new migrants from both EU and non-EU countries (with the exception of Irish citizens, who will retain their existing rights), will need to qualify under the UK's new 'points-based' immigration system. Most of those migrating to the UK to work will need to secure a job requiring skills, and pay salaries above certain thresholds. Those migrating for family reasons must qualify under the UK's existing rules — which are extremely restrictive compared to most EU member states. The UK's new system will, therefore, represent a significant tightening of controls on EU migration (p. 33).

Adjunto a esta temática, outros estudos dedicados ao futuro pós-*brexit*, são as pesquisas referentes aos diferentes posicionamentos no Reino Unido quanto ao resultado de 2016. Quando nos debruçamos sobre os números após a votação do *Brexit*, somos apresentados a um mapa bastante dividido em relação aos *Leavers* e *Remainers*. Segundo a apuração feita pela BBC News (2016), as regiões com maior adesão a favor da saída do Reino Unido da União Europeia, foram a Inglaterra (53,4%), País de Gales (52,5%) e partes da Irlanda do Norte (44,2%). Em contraponto a Escócia (62,0%), Irlanda do Norte (55,8%), Gibraltar (95,9%), Orkney Islands (63,2%) e Shetland Islands (56,5%) votaram para permanecer dentro do bloco europeu.

Neste sentido, surgiram diversas pesquisas argumentando sobre a possibilidade destes Estados articularem movimentos independentistas em função de deixar o Reino Unido e se unirem à União Europeia. Segundo estudiosos do assunto, as situações que mais preocupam Londres neste quesito são a Escócia e a Irlanda do Norte. Segundo nos discorre McEwen (2021),

less than two years after the 2014 independence referendum, which saw 45% vote Yes to Scotland being an independent country and 55% vote No, the Scottish National Party was re-elected to a third term of office. Its manifesto asserted the right to a new referendum on independence ‘if there is clear and sustained evidence that independence has become the preferred option of a majority of the Scottish people — or if there is a significant and material change in the circumstances that prevailed in 2014, such as Scotland being taken out of the EU against our will.’ Within two months, the Brexit referendum produced that material change. 62% in Scotland voted remain. The Scottish Government’s calls for a soft Brexit or, failing that, bespoke arrangements for Scotland to remain closely embedded within the EU internal market, had no influence on UK Brexit policy. Scotland left the EU and its internal market ‘against our will’ along with the rest of the UK (p. 87).

No caso particular da Escócia as perspectivas em torno da independência não são um tema necessariamente novo, tendo sido motivo para um referendo nacional em 2014. Contudo, após a apuração dos votos do *Brexit* muito se discutiu sobre qual seria a posição do *Scottish National Party* (SNP) sobre o futuro da Escócia; se este adotaria um posicionamento lasso deixando-se conduzir pela boa vontade dos ingleses, ou se tentariam emplacar uma segunda tentativa de referendo a fim de salvaguardar seu futuro junto à comunidade europeia.

A resposta para tal questão veio com as eleições gerais no Reino Unido em 2019. No dia da eleição o Partido Conservador de Boris Johnson fora o grande vencedor com 365 assentos no parlamento, contudo o Partido Nacional Escocês também surpreendeu com números significativos ganhando 48 assentos, num total de 59 deputados eleitos na Escócia. De acordo com a primeira-ministra escocesa Nicola Sturgeon, “Boris Johnson tem o mandato de tirar a Inglaterra da União Europeia, mas tem de aceitar que eu tenho o mandato de dar à Escócia a possibilidade de optar por um futuro alternativo (...) A Escócia enviou uma mensagem muito clara” (BBC News Brasil, 2019).

Por outro lado, o desafio envolvendo a Irlanda do Norte mostra-se um pouco diferente. Segundo nos apresenta Hayward (2021) existem três motivos principais que causam preocupação no caso da Irlanda do Norte,

first, it is at the hard edge of tensions in the UK and EU relationship — and indeed, to differences in the two sides’ interpretation of legal agreements. By asserting in the Internal Market Bill that it could take unilateral action — and thus breach the Protocol — the UK Government was implicitly acknowledging unionist fears that it had conceded too much to the EU in the first place. (...) Secondly, Northern Ireland is all too easily in the blind spot of the UK Government when it comes to post-Brexit planning. Given its peripheral position, devolved institutions and small size, Northern Ireland was quite used to being far from the centre of decision making in Westminster. But the risks of this marginality are now exacerbated by the fact that the impact of UK Government policy could potentially be so different for Northern Ireland. (...) Finally, there is growing polarisation along two dimensions within Northern

Ireland. First, Leave and Remain identities are very strong: nearly two thirds of respondents to the NI Life and Times Survey in 2019 say that they hold one or another of these identities, with around six out of ten on both sides saying these are very strong identities (p. 92).

Assim sendo, percebe-se que em razão de suas realidades domésticas complexas e pautas político-económicas próprias, tanto a Escócia como a Irlanda do Norte apresentam motivos pertinentes que podem resultar em um maior fortalecimento de movimentos independentistas dentro destes territórios. Logo, isso também oferece um cenário bastante amplo para o desenvolvimento de novas pesquisas académicas acerca dos revezes políticos que o *Brexit* pode ter dentro desses Estados no longo prazo.

Em suma, fora possível perceber ao longo deste estado da arte que dentre as diversas pesquisas que foram desenvolvidas a respeito do *Brexit*, os principais estudos procuram discorrer sobre as prováveis consequências políticas, económicas e sociais que a retirada do Reino Unido pode desencadear dentro da União Europeia. Da mesma forma, também encontramos estudos que visam analisar de maneira mais aprofundada alguns dos principais motivos que corroboraram para a escolha dos britânicos pela saída, assim como os futuros desafios que o Reino Unido terá a sua frente com a possível emergência de movimentos independentistas e pro-união europeia.

Deste feita, a presente dissertação de mestrado tem como principal objetivo apresentar uma nova perspectiva acerca da temática do Brexit. Para tal desenvolveremos no próximo capítulo uma densa revisão de literatura acerca do construtivismo social, abordando inicialmente o contexto histórico vigente que tornou possível a emergência do pensamento construtivista dentre as principais teorias de relações internacionais, o construtivismo social como teoria social e os teóricos fundamentais que contribuíram para este fim, e por fim encerramos com uma revisão sobre as teses do teórico Alexander Wendt e como estas se aplicam no âmbito internacional.

Capt. 01. Construtivismo Social nas Relações Internacionais

Conforme salientado *a priori*, esta primeira parte da dissertação centra-se no estabelecimento do enquadramento teórico, passo fundamental para o desenvolvimento da problemática, o Construtivismo Social. Num primeiro momento abordar-se-á a conjuntura histórica alusiva ao construtivismo social, tendo esta surgido entre as décadas de 1980 e 1990 e obtido um espaço relevante no conjunto das principais teorias de estudo das relações internacionais.

Num segundo momento, também se discorrerá sobre o construtivismo como teoria social, salientando algumas questões pertinentes deste no campo de estudo da sociologia e demais ciências humanas. Finalmente, abordaremos os aspetos relativos ao construtivismo como teoria das relações internacionais, com especial enfoque na temática da identidade social e nas diferentes culturas de anarquia, recorrendo ao contributo do teórico estado-unidense Alexander Wendt, bem como a forma como estas construções de identidade a nível doméstico podem ter um papel significativo para o estudo das relações internacionais.

1.1. Uma Breve História sobre o Construtivismo Social nas Relações Internacionais

A passagem do construtivismo social como uma tese originalmente voltada para os estudos sociológicos para uma das principais escolas de pensamento das relações internacionais é considerado um fenómeno recente, sendo que essa passagem deu-se de forma progressiva, sem um corte profundo ao nível das bases teóricas e aplicação prática da teoria.

De modo a compreender melhor esta tese, cujo foco principal é a consciência humana e seus desdobramentos nos principais acontecimentos do mundo (Jackson & Sørensen, 2018, p. 290), importa realizar uma breve retrospectiva histórica sobre os eventos que precederam a ascensão do construtivismo social e a sua utilização na abordagem dos fenómenos e dos objetos de estudo das relações internacionais.

1.1.1. Neorrealismo, Neoliberalismo e a Guerra Fria

Ao longo da trajetória relativa ao estudo das relações internacionais, em particular durante o século XX, existiam duas teses principais para o entendimento de como se davam as relações entre os Estados no mundo pós-guerra. Na época, o cenário académico estava basicamente voltado para as abstrações neorrealistas e neoliberais, de forma que o debate girava em torno da discussão e evolução destas mesmas retóricas, com cada um dos adeptos divergindo do outro em relação ao entendimento dito como “correto” para as questões globais do momento.

Embora os pensadores neoliberais defendessem as suas posições com argumentos bastante sólidos e convincentes, o cenário à época estava um pouco mais favorável aos neorrealistas como Kenneth Waltz (1924-2013). Afinal, era o período da chamada Guerra Fria, a maior disputa geopolítica de poder já vista até o momento, e o planeta se via à mercê das duas maiores potências vigentes, os Estados Unidos da América e a União Soviética.

No decorrer do conflito, ambos os países procuravam, por via da corrida armamentista, maximizar a respetiva capacidade militar e ao mesmo tempo capitalizar a sua influência política ao redor do globo, em particular dando apoio político, económico e militar a outros Estados. Destarte, para melhor compreendermos em quais condições se encontrava o debate académico durante este período, torna-se necessário uma breve adução técnica destas duas escolas de pensamento.

Ao nos debruçamos sobre uma das primeiras teses nos estudos das relações internacionais, o realismo clássico, percebe-se que este é constituído por um conjunto de premissas que se voltam para o campo da moral humana e as disputas de poder que decorrem entre estes. Sendo nutridos de uma visão pessimista e conflituosa acerca da natureza dos indivíduos, os realistas clássicos argumentam que as relações internacionais são naturalmente conflituosas e, que tal como os conflitos que decorrem dentro da sociedade comum, os Estados estão apenas preocupados com seu próprio bem-estar e manutenção da sua soberania e segurança nacional.

Em outras palavras, “a política é uma luta pelo poder sobre os homens e quaisquer que sejam seus objetivos finais, o poder é o seu objetivo imediato e as formas de adquiri-lo, mantê-lo e demonstrá-lo determinam a técnica da ação política” (Morgenthau, 1965, p. 195). Deste modo, enquanto para os realistas clássicos as relações entre Estados se pautam pela disputa egoísta de poder e preservação dos seus interesses próprios, para

os neorrealistas esta questão decorre de uma forma um pouco diferente, porém não menos complexa e sistémica.

Para os pensadores neorrealistas como Kenneth Waltz, o que determina a estabilidade da ordem política internacional, não são necessariamente os atores como pensavam seus antecessores, mas sim a estrutura do sistema externo à qual todos estes estão condicionados. Logo, na visão neorrealista os atores possuem pouca ou quase nenhuma importância na política internacional, pois o que determina as suas ações não é necessariamente a sua vontade ou o interesse particular de seus governantes, mas a distribuição de poder alusiva a estes dentro da estrutura do sistema (Jackson & Sørensen, 2018, p. 121).

No entanto, os pensadores neorrealistas à época tinham como seus adversários os adeptos do pensamento neoliberal, que diferentemente dos neorrealistas detinham uma visão mais positiva das relações humanas e das relações internacionais por consequência.

De um modo sistematizado, os neoliberais surgem com uma visão um pouco mais pragmática que os seus antecessores, os idealistas, com quem protagonizaram junto dos realistas clássicos o primeiro grande debate das Relações Internacionais. Tal como os liberais clássicos, os neoliberais possuem uma interpretação mais otimista e racional acerca da natureza humana.

Estes acreditam que apesar de seus interesses privados, os homens são seres racionais e mais propensos à busca e realização de objetivos comuns, podendo assim se relacionar de forma mais colaborativa a fim de todos obterem melhores ganhos.

Some-se a isso o aumento do livre mercado e a modernização do trabalho que ocorreram durante o século XX, e teríamos Estados mais propensos a trabalharem em conjunto a fim de alcançarem uma maior prosperidade e influência por via do comércio internacional e relações diplomáticas. Neste sentido, pode-se afirmar que os neoliberais acreditavam que, a longo prazo, essa interdependência político-económica entre os Estados resultaria em um cenário mais próspero, descentralizado e colaborativo entre as nações, afinal “questões diferentes geram coalizões diferentes, ambas dentro de governos e entre governos, e envolvem diversos graus de conflito. A política transcende fronteiras” (Keohane & Nye, 1977, p. 25).

No entanto, como podemos falar em colaboração e prosperidade político-económica quando o mundo se encontra bipartido entre dois grandes polos hegemónicos e a disputa vigente estava marcada pela retórica da divisão? Neste sentido, pode-se dizer que o cenário da Guerra Fria era, de facto, mais favorável aos pensadores neorrealistas

como Waltz, que saiu em franca defesa da divisão bipolar de mundo, argumentando que esta seria mais segura para o mundo como um todo. De acordo com o teórico “com duas grandes potências apenas, espera-se que ambas mantenham o sistema” (Waltz, 1979, p. 204).

Os neorealistas parecem ter razão em relação à divisão bipolar de mundo ocasionada pelo conflito; contudo estes só não contavam com um detalhe importante, o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética em 1991. Tais episódios mudariam, por completo, a perspectiva analítica das relações internacionais e por consequência deixariam estas muito mais líquidas e voláteis, abrindo espaço para outras interpretações.

Com a disputa geopolítica terminada e o projeto de poder do socialismo tendo fracassado, muito se especulou entre os meios académicos sobre o que viria a seguir, o próprio Kenneth Waltz (2002) chegou a argumentar que com a queda da URSS o cenário internacional tornar-se-ia unipolar e centrado unicamente na presença dos Estados Unidos. Porém, este também argumentou que os demais Estados poderiam procurar se fortalecer a fim de contrabalancear o poder e a autonomia dos Estados Unidos da América (EUA).

Será neste sentido que se assistirá à ascensão de outra vertente de pensamento nos debates das relações internacionais, vinda originalmente da teoria social, mas com a proposta de melhor qualificar o debate académico à época, sendo por vezes chamado de “caminho do meio” nas Relações Internacionais.

1.1.2. A ascensão do Construtivismo Social no decurso Histórico das Relações Internacionais

Como foi possível observar na subsecção anterior, a chegada do construtivismo social no cenário das relações internacionais decorre em um momento de profunda incerteza e instabilidade política. Afinal, chegou-se ao fim do grande conflito geopolítico entre os EUA e a União Soviética, e este primeiro tendo saído vitorioso vivia agora um momento de grande opulência e hegemonia ao redor do globo. Porém, não se sabia por quanto tempo e nem de que maneira esse novo sistema unipolar funcionaria. As dúvidas eram inúmeras e ambas as escolas de RI não tinham uma resposta contundente para o problema.

Logo, é possível afirmar que o término da Guerra Fria acabou por colocar em posição de xeque essas antigas escolas, outrora dominantes nas relações internacionais, abrindo assim espaço para a emergência de novos questionamentos relativos àquela situação. Debates acerca da importância do papel dos Estados, o balanço de poder e satisfação plenas dos próprios interesses começaram a perder força, e novos debates acerca do papel e importância dos indivíduos ganhavam nova notoriedade (Theys, 2017, p. 36).

Em linhas bastante gerais o construtivismo social traz consigo a seguinte premissa,

vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os principais protagonistas, e que é produto das nossas escolhas. Este mundo em permanente construção é construído pelo que os construtivistas chamam de agentes. Vale dizer: não se trata de um mundo que nos é imposto, que é predeterminado, e que não podemos modificar. Podemos mudá-lo, transformá-lo, ainda que dentro de certos limites. Em outras palavras, o mundo é socialmente construído (Nogueira & Messari, 2005, p. 160).

Quando os primeiros trabalhos acerca do construtivismo social começaram a ser publicados no campo das RI – inicialmente com o trabalho de Nicholas Onuf (*World of Our Making – Rules and Rule in Social Theory and International Relations*, publicado em 1989) e posteriormente com o artigo *Anarchy Is What States Make Of It* de Alexander Wendt em 1992 – tal perspectiva trouxe a ideia de uma possível revalidação do primeiro grande debate que ocorrera no começo do século XX, entre realistas e idealistas, pois de acordo com a perspectiva construtivista a questão a ser discutida não é de natureza metodológica, como fora no segundo grande debate entre tradicionalistas e behavioristas, mas sim de natureza ontológica. Ou seja, analisar a realidade existente, bem como a natureza do próprio indivíduo, com todas as suas complexidades absorvas, em especial a percepção humana e o papel que esta tem na construção do mundo moderno.

O construtivismo embora tenha surgido de maneira bastante sutil em um momento de enorme fragilidade, ganhou crescente atenção e críticas no meio acadêmico, principalmente por rejeitar alguns aspectos positivistas de teses clássicas como o neorealismo. Para os construtivistas o mundo social e político que conhecemos não é constituído por uma realidade externa e independente aos homens, mas sim constituído por ideias e crenças metafísicas inerentes aos indivíduos e que acabam por influenciar na nossa leitura de mundo, assim como a forma como nos posicionamos em relação a este.

Logo a perspectiva materialista e objetiva de mundo, próxima às abstrações de pensadores realistas e liberais durante décadas, desaparece na visão dos construtivistas

que sugerem que a realidade não é separada do ser, mas sim indivisível aos homens e suas crenças. Segundo os professores Jackson & Sørensen (2018),

o sistema internacional não é algo que esteja ‘lá fora’, como o sistema solar. Não existe por si mesmo, mas apenas como consciência intersubjetiva ou percepção compartilhada entre pessoas; no sentido de um sistema constituído por ideias, não por forças materiais. É uma invenção ou criação humana de um tipo que não é físico nem material, mas puramente intelectual e ideacional. É um conjunto de ideias, um corpo de pensamento, um sistema de normas organizado por certas pessoas num momento e num lugar particulares. (...) Tudo que se envolve no mundo social dos homens e mulheres é feito por eles. O fato de ser feito por eles os torna inteligíveis para eles. O mundo social é um mundo de consciência humana: de pensamentos e crenças, de ideias e conceitos, de linguagens e discursos, de signos, sinais e entendimentos entre seres humanos, especialmente no que se refere a agrupamentos, como Estados e nações (p. 290-294).

Contudo, é importante ter em vista de que os construtivistas não negam por completo a existência material e objetiva da natureza em sua abordagem, para construtivistas como Alexander Wendt existe sim uma natureza física e material no mundo que independe dos seres humanos, como: água, terra, florestas, petróleo e outros. Todavia, essa realidade material tem consigo um significado que é atribuído de forma coletiva ao seu respectivo significante em um determinado período do tempo cronológico e espaço social.

Desta forma, ainda que a humanidade jamais tivesse descoberto a utilidade do petróleo como um combustível fóssil, por exemplo, este continuaria a existir de forma totalmente independente e intocável no mundo natural. No entanto, a partir do instante em que se atribui nome, significado e função à coisa – neste caso o petróleo – você concede a este um sentido e uma função no mundo social e político. Logo, ainda que os construtivistas aceitem a existência de uma realidade objetiva que esteja “lá fora”, esta só existe como conhecemos por conta das ideias e crenças construídas socialmente em cima delas. O mundo como conhecemos é produto das nossas ideias e construções.

Em suma, pode-se afirmar que o contexto histórico do final do século XX, junto ao desalinhamento teórico entre os acadêmicos racionalistas, ambos tentando formular explicações gerais para o entendimento daquela situação e desvendar o que viria a seguir, contribuiu para a ascensão do construtivismo social de forma quase natural nas Relações Internacionais.

1.2. O Construtivismo como Teoria Social

Tal como referimos, o término da Guerra Fria em 1991 foi considerado um marco histórico no campo das relações internacionais, representando o fim de uma era marcada por uma dicotomia profunda entre o poder e o posicionamento dos EUA e da União Soviética num contexto global.

As principais correntes teóricas que dominaram o debate académico durante a maior parte do século XX, realismo e liberalismo, não encontravam uma resposta pronta para este novo cenário que se dispunha. Deste modo, começaram a surgir as teses construtivistas neste novo panorama, conseguindo emplacar a sugestão de que as relações internacionais seriam na verdade constituídas por ideias e fatores sociais inerentes aos indivíduos.

Todavia, torna-se pertinente chamar a atenção para o facto que embora o construtivismo seja relativamente recente nas relações internacionais, o mesmo não é novo em outras áreas das ciências sociais e humanas. Deste modo, antes de melhor elucidarmos neste primeiro capítulo, as abstrações e conceitos que constituem o construtivismo social como teoria das RI, se faz necessário explanar um pouco sobre essa tese em seu real campo de origem, a teoria social.

Para esse efeito, salientaremos alguns teóricos cujas abstrações contribuíram para a consumação desta escola de pensamento. No entanto, é necessário primar que os pensadores comentados a seguir não fundaram o construtivismo, porém seus trabalhos e ideias contribuíram, direta ou indiretamente, para a formulação do pensamento construtivista na ciência social e nas relações internacionais. Deste modo, desenvolver-se-á a seguir uma breve adução acerca dos seguintes teóricos: Immanuel Kant, Émile Durkheim, Max Weber e Anthony Giddens.

1.2.1. A Teoria do Conhecimento de Immanuel Kant

Atualmente já se tornou lugar comum apontar para o facto de que Immanuel Kant (1724-1804) é um divisor de águas na filosofia, suas ideias já foram alvo de profundas análises por inúmeros autores, contudo estas continuam vibrantes no cerne da filosofia moderna, dado o seu contributo para o desenvolvimento científico.

No campo das relações internacionais, Kant é considerado um dos autores de referência dentro da escola de pensamento liberal, em que talvez seu trabalho mais relevante para a área em questão tenha sido *À Paz Perpétua* (1795). Nesta obra, Kant argumenta em defesa das democracias liberais, valores republicanos e regimes federalistas, a fim de se atingir uma união pacífica entre as nações; tais ideais serviriam de inspiração para a consumação da Liga das Nações, logo após o término da Primeira Guerra Mundial.

Não obstante, para além do espectro do pensamento liberal, o pensador alemão também fez contribuições significativas ao construtivismo como teoria social, sendo considerado por alguns como um grande pioneiro neste campo (Hacking, 1999, p. 41). Entre estes diversos contributos, salientaremos a Teoria do Conhecimento.

A teoria do conhecimento de Kant pode ser considerada como a “base conceitual” daquilo que viria postumamente a ser o construtivismo na ciência social, especialmente pelo facto de que em sua teoria Kant faz uma confluência fundamental entre as duas principais áreas do pensamento filosófico à época: o racionalismo e o empirismo.

De forma bastante sucinta, o racionalismo é uma linha de pensamento que defende a existência de uma única faculdade humana, a razão. Logo, a razão seria a faculdade máxima a ser utilizada pelos homens, a fim de se ter uma melhor compreensão do mundo natural. Enquanto que para os adeptos do empirismo, o conhecimento não advém da racionalidade, mas sim da sensibilidade. Kant será o responsável por dizer que o verdadeiro conhecimento é oriundo de um processo ainda mais complexo, a união entre a sensibilidade e o entendimento (Leite, 2018, pp. 36-38).

Neste sentido, pode-se afirmar que segundo a proposta de Kant o conhecimento só existe, uma vez que se tem uma interação entre aquilo que é objeto e o seu respectivo sujeito. Porém como ocorre essa relação e como os indivíduos a percebem?

Existe uma série de fenómenos que nos ocorrem em meio à natureza e que são sentidos por nós de maneira passiva, isso caracteriza a chamada sensibilidade defendida pelos empiristas. Todavia, para Kant é impossível que o conteúdo da experiência ocorra na natureza de forma isolada e somente após a sua receção esta tenha seu sentido concedido pelo observador, ou seja, existe *a priori* a necessidade de um enquadramento intuitivo deste fenómeno, dentro do espaço e tempo alusivo ao observador, naquilo que Kant chamará de *forma*. Conforme nos aponta Leite (2018),

assim, temos uma primeira definição: conhecer é dar forma a uma matéria dada. A matéria é a posteriori. A forma é a priori. A matéria do conhecimento é variável de um objeto a outro, visto depender dele, do objeto. Por sua vez, a forma sendo imposta ao objeto pelo sujeito, será reencontrada, invariavelmente, em todos os objetos, por todos os sujeitos. (...) Todo objeto a ser conhecido a

priori o será conforme as formas que o espírito lhe impõe no ato de conhecer (p. 41).

Destarte, percebe-se que para Kant o produto de um fenómeno só existe no mundo, pelo facto deste ter *a priori* recebido a sua respetiva forma dentro do espaço e tempo do observador. Logo, se forma é o sentido que atribuímos ao conteúdo da experiência, significa dizer que para que um mesmo material tenha igual entendimento por diferentes sujeitos se faz necessário que esta forma seja coletivamente aceite no conjunto social. Ou seja, para o pensador alemão “podemos obter todo o conhecimento do mundo, mas esse conhecimento será sempre subjetivo no sentido de ser filtrado pela consciência humana” (Jackson & Sørensen, 2018, p. 292).

1.2.2. Émile Durkheim e o Facto Social

Torna-se praticamente impossível querer discorrer acerca de questões relativas à sociedade, indivíduo, identidade coletiva e facto social, sem citar Émile Durkheim (1858-1917). O sociólogo francês fora um dos maiores pensadores de sua época, não somente em decorrência de suas ideias e métodos desenvolvidos, mas principalmente por dar à sociologia um lugar de referência no meio académico como uma ciência empírica própria.

No entender da vigente pesquisa a ser desenvolvida nesta dissertação de mestrado, Durkheim mostra-se pertinente pela validação que este faz sobre o facto social e como este funciona dentro da sociedade. Em linhas gerais, Durkheim sugere que assim como em demais áreas do conhecimento científico, tais como a Biologia, Psicologia, a Física, a Química, entre outras, torna-se plausível a obtenção de provas empíricas para validação de suas teses, o mesmo pode ser efetuado no campo da Sociologia, para tal efeito o sociólogo francês irá propor a existência do chamado facto social e desenvolverá todo um método empírico mostrando como elucidá-lo.

Na sua obra principal, *As Regras do Método Sociológico* (1895), Durkheim propõe que a sociedade é composta de elementos singulares e indivisíveis aos seus membros, ao que ele chamará de facto social. Esses factos sociais seriam, segundo o teórico, questões variáveis originadas a partir de conceitos e ideias – ou oriundas da forma como sugeria Kant – e acabariam por condicionar, de maneira direta ou indireta, a conduta dos indivíduos naquela sociedade, além de determinar a própria percepção que estes têm sobre si e os outros. Neste sentido, Durkheim estabelece três critérios base para a

identificação do facto social, estes seriam: exteriores, coercitivos e gerais à sociedade. Nas palavras de Durkheim (2004) sobre a definição do que vem a ser facto social,

Facto social é toda maneira de fazer, fixada ou não, susceptível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais. (p. 47).

Logo, percebe-se que segundo Durkheim, tudo aquilo que é conceitualmente estabelecido na nossa sociedade e consentido de forma coletiva pelos indivíduos que a ela pertencem podem ser classificados como factos sociais. Alguns podem se manifestar e nos afetar em um sentido micro, como: família, trabalho, desemprego, crime e suicídio; enquanto outros se manifestam e nos atingem de forma macro como: educação, direito, idioma, economia, governo e demais outros.

Todavia, todos estes possuem em comum os aspetos elencados por Durkheim, são exteriores a nós como realidade objetiva; são gerais, pois nos afetam para mais ou para menos em determinado sentido; e são categoricamente nutridos de poder coercitivo, em vista daquilo que estão a impor. Muitas vezes de maneira silenciosa, suave e até mesmo imperceptível de tão enraizado que tal facto já está na sociedade. Conforme nos elucida Durkheim (2004) quando afirma que:

quando desempenho a minha tarefa de irmão, de esposo ou de cidadão, quando executo os compromissos que assumi, cumpro deveres que estão definidos, para além de mim e dos meus atos, no direito e nos costumes. Mesmo quando eles estão de acordo com os meus sentimentos próprios e lhes sinto interiormente a realidade, esta não deixa de ser objetiva, pois não fui eu que os estabeleci, antes os recebi pela educação. Quantas vezes acontece ignorarmos o pormenor das obrigações que nos incumbem e, para as conhecer, termos de consultar o Código e os seus interpretes autorizados! Do mesmo modo, ao nascer, os fiéis encontram já formadas as crenças e práticas da sua vida religiosa; se existiam antes deles é porque existem fora deles. O sistema de sinais de que me sirvo para exprimir o pensamento, o sistema monetário que emprego para pagar as minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo nas minhas relações comerciais, as práticas seguidas na minha profissão (...) funcionam independente do uso que deles faço (pp. 37-38).

Será no segmento desta constatação, que o teórico propõe um método geral a fim de auxiliar em um melhor entendimento daquela realidade social. Para Émile Durkheim, a compreensão destes factos é feita empiricamente pela identificação geral das características definidas por ele como condicionantes dos mesmos, ou seja, precisa ser geral e externo aos indivíduos e ter efeito coercitivo, seja este direto ou indireto, no campo da conduta civil ou da moral individual. Desta forma, seria possível ascender a um melhor entendimento dos elementos sociais que compõem aquele objeto estudado pelo sociólogo, por via de uma metodologia positivista.

1.2.3. Max Weber e a Compreensão Subjetiva da Sociedade

Embora mundialmente conhecido por seus escritos relativos ao estudo do capitalismo e à forma como as sociedades se desenvolvem em virtude deste sistema económico, o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) será outro grande pensador de seu tempo que fará contribuições pertinentes para o estudo da compreensão do mundo social.

Um aspeto importante para ter em consideração acerca de Weber é que este viverá na época dos grandes debates travados entre os adeptos do positivismo e aqueles que eram seus críticos. O grande epicentro da discussão académica que borbulhava à época eram as discrepâncias entre as chamadas ciências da natureza, focadas em explicações causais e empíricas acerca do mundo, e as chamadas ciências do espírito com o olhar mais voltado para questões históricas, sociais e culturais (Moraes, Filho & Dias, 2003, p. 59).

Em sua obra acerca do conceito da ação social, Weber discorda de alguns intelectuais como o sociólogo francês Émile Durkheim que tinha uma perspetiva diferente acerca da forma como a sociedade deveria ser analisada. Conforme nos conta Porfírio (n.d.),

para Durkheim, o sociólogo deve observar a sociedade em busca dos fatos sociais, que são generalizados em uma sociedade, sendo coercitivos e impositivos sobre os sujeitos. Para Weber, não existem fatos sociais, mas sim resultados das ações sociais dos seres humanos. As ações sociais são individuais e temporárias. O sociólogo deve observá-las com base em uma metodologia, e assim organizá-las e classificá-las. Devido à multiplicidade de ações sociais possíveis, considerando que cada sujeito pode agir de infinitas maneiras, é necessário adotar um padrão de correção para essa classificação. Esse padrão foi chamado por Weber de tipo ideal (O conceito da ação social de Max Weber, para. 18-19).

Desta forma, percebe-se que Weber não busca uma metodologia capaz de catalogar de forma ampla todos os episódios que transcorrem na sociedade, este entende que a sociedade é composta por indivíduos autónomos e por ventura estes podem tomar atitudes diferentes em espaços e períodos de tempo diferentes; podendo inclusive estas possuir significados ou crenças diferentes.

Ao sugerir esse método de análise sociológica, Weber distingue-se de abordagens predecessoras, consolidando assim um modelo quase híbrido de estudo e interpretação da realidade social. De acordo com Moraes, Filho e Dias (2003),

o campo de estudo da sociologia deve ser definido segundo as formas sociais e nunca por meio de conteúdos, o que o leva a realçar os indivíduos,

comportamentos e ações, independentemente da necessidade de um conhecimento universal e de um sistema de valores. A ciência acompanhada do desencanto é, para ele, uma das manifestações da vida. Ao estabelecer uma estrutura lógica de análise, ele classifica a racionalidade em formal e material. Para Weber o racional e o irracional são encarnações da razão racionalista, isto é, são os lados da mesma moeda, os opostos complementares. Daí decorrer a possibilidade de mudar o racional, abstraindo-se da razão. No caso da ciência, esta afirmação fica clara, na medida em que a exclusão dos juízos de valor de seu contexto só justifica a eficácia de seus meios e não fundamenta, necessariamente, a legitimidade de seus fins (p. 60).

Logo, pode-se afirmar que para o teórico que entende a compreensão subjetiva e individual das ações sociais como sendo condição *sine qua non* para a produção do conhecimento sociológico (Weber, 1977, p. 15), se faz necessário que a mesma seja feita através de uma ciência ausente de quaisquer presunções externas.

O mundo das interações humanas é, por definição, totalmente diferente do mundo natural, assim para obter uma compreensão lisonjeira deste primeiro, não basta apenas descrevê-lo como fazemos nas ciências naturais, sendo necessário um tipo diferente de compreensão interpretativa, com base nas ações dos indivíduos e nas ideias que estas suscitam consigo. Estas contribuições feitas pelo sociólogo alemão estarão na base do pensamento desenvolvido pelos teóricos construtivistas.

1.2.4. Anthony Giddens e a Teoria da Estruturação

Por fim, para encerrarmos esta segunda seção do primeiro capítulo em que abordamos algumas das teorias do campo da filosofia e sociologia que inspirariam os teóricos construtivistas nos grandes debates das RI, importa abordar o contributo de Anthony Giddens (1938 -) e a sua Teoria da Estruturação.

Tal como os pensadores citados nas subseções anteriores, o sociólogo britânico Anthony Giddens será outro grande nome advindo da teoria social, cujo trabalho irá ter bastante influência sobre as teses construtivistas, especialmente por fazer um contraponto aos argumentos defendidos pelos neorealistas, como Waltz, acerca da estrutura e de como esta determina o funcionamento do estado de anarquia.

Em seu livro *A Constituição da Sociedade* (1984), o sociólogo britânico propõe a chamada Teoria da Estruturação, na qual este discute de forma bastante crítica de que modo as relações sociais se consolidam dentro do espaço e do tempo existentes e de que forma estas conseguem manter-se ativas e progressivas na sociedade.

Neste sentido, Giddens sugere uma espécie de reavaliação conceitual acerca do então entendimento dicotômico entre sujeito e sociedade tão demasiadamente estudado na teoria social, chamando inicialmente a atenção para um interessante particular, segundo Giddens (1984, p. 219) “toda a investigação em ciências sociais ou em história se tem preocupado com a relação entre a ação e a estrutura (...) e em caso algum a estrutura determina a ação ou vice-versa”.

Desta forma observa-se que, ao contrário do que talvez pensassem Waltz e os adeptos neorrealistas, Giddens sugere que as chamadas instituições norteadoras da ação social, não são responsáveis pela forma como os indivíduos validam suas ações. Ou seja, a outrora conceção sociológica de que os indivíduos se encontram dentro de um arcabouço social previamente montado, e por causa deste estarão sujeitos a uma reação automática em decorrência de seu *status* ou sobrevivência, parece não fazer sentido para o sociólogo britânico. No entanto, para efeito dessa afirmação eis que o teórico nos apresenta outra perspectiva em relação ao funcionamento da sociedade.

De acordo com Baltazar (2016), o sociólogo britânico nomeia estruturas como sendo,

conjuntos recursivamente organizados de normas e de recursos, isto é, são as propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais semelhantes em diferentes períodos de tempo e espaço e que lhe conferem a sua forma sistêmica; a estrutura só existe mediante as atividades dos agentes sociais e é ela que molda e confere forma à vida social. (...) Assim sendo, o sistema social, é visto como um conjunto de práticas sociais reproduzidas ou relações reproduzidas entre atores ou coletividades organizadas como práticas sociais regulares. A estrutura e a ação formam uma dualidade, não podendo existir uma sem a outra (p. 85).

Neste sentido, podemos afirmar que Giddens concordaria com Weber ao defender que não existem factos sociais propriamente ditos e anteriores aos indivíduos, sendo necessário interpretar subjetivamente as ações sociais transcorrentes na sociedade, a fim de atingir um melhor entendimento desta, bem como as suas origens, tal como assegurar um conjunto de práticas refletidas ao longo do tempo e espaço pelos indivíduos membros daquela sociedade.

Outro aspeto interessante acerca da teoria da estruturação de Giddens é que este não analisa a relação entre indivíduo e sociedade de forma imutável, percebendo que as dinâmicas provenientes da reprodução de ações sociais ocasionam um melhor amadurecimento desta relação dualista entre sujeito e estrutura no decorrer das eras.

Em outras palavras, para além do entendimento da estrutura social do Estado como agente coercitivo e detentor do monopólio legítimo do uso da violência, a teoria da

estruturação proposta por Giddens atribui grande poder também ao indivíduo, sendo este igualmente capaz de introduzir mudanças no âmbito social (Baltazar, 2016, p. 86).

Essa interpretação da sociedade e dos agentes participantes dela de forma mais inclusiva e igualmente produtora de mudanças terá grande impacto sobre os pensadores construtivistas do campo das relações internacionais *a posteriori*, que analisaram esta abstração como um ponto de partida para sugerir a existência de um sistema anárquico mais volúvel a depender de quem esteja do outro lado da mesa e de como transcorrem a relação entre os atores.

Como veremos na secção seguinte, o construtivismo nas relações internacionais fora marcado por uma série de influências teóricas advindas dos campos da sociologia e filosofia, contudo ao emergir no decorrer da ascensão unipolar dos Estados Unidos após a Guerra Fria, este irá sugerir através das palavras de teóricos como Alexander Wendt que as relações entre Estados a nível internacional é algo deveras complexo e cercado por muito mais variantes do que se pensava.

Considerando a forma como se interpreta a existência do Estado, a sua identidade e de forma automática os anseios e interesses de cada Estado, verifica-se a possibilidade de observar destintos comportamentos dos Estados na esfera internacional. Logo, uma vez que o ambiente internacional da forma que o conhecemos é produto de fatores sociais construídos isso se traduz em uma visão mais maleável e igualmente múltipla das relações internacionais.

1.3. O Construtivismo Social como Teoria das Relações Internacionais Contemporâneas

O construtivismo como escola de pensamento não é algo considerado recente, pode-se afirmar inclusive que esta escola de pensamento se viria a construir, de forma bastante efetiva, ao longo da era moderna, inicialmente como teoria no campo das ciências sociais, com algumas de suas características presentes nas abstrações dos pensadores como os salientados *a priori*, e aos poucos esta fora galgando uma posição consolidada entre outras áreas de estudo das relações humanas, incluindo as relações internacionais. Neste sentido, abordar-se-á nesta secção um pouco mais acerca do pensamento construtivista nas relações internacionais, com ênfase especial a obra do teórico norte-americano Alexander Wendt (1958 -) e suas abstrações acerca de anarquia e a construção de identidade social.

1.3.1. O Construtivismo de Alexander Wendt e a Construção da Identidade Social

Análogo ao que já fora elucidado no início deste capítulo, o construtivismo social emergiu no campo das relações internacionais de forma consideravelmente sutil, entre as décadas de 1980 e 1990, com o livro *World of Our Making – Rules and Rule in Social Theory and International Relations* (1989) escrito por Nicholas Onuf (1941 -). Em sua obra, Onuf sugere que o mundo como conhecemos é na verdade uma grande construção social, logo as relações entre Estados não seriam nada além de fenômenos sociais obedecendo a uma agenda de regras e normas estabelecidas socialmente (Nogueira & Messari, 2005, p. 169).

Todavia, ficaria a cargo do teórico norte-americano Alexander Wendt dar o grande salto de abertura do construtivismo no âmbito internacional com o seu artigo *Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics* (1992) em que este comenta o então estado de paralisia que os pensadores neorrealistas e neoliberais pareciam padecer e nos apresenta uma nova perspectiva de análise da realidade, procurando construir uma ponte entre as preocupações positivistas e as pós-positivistas neste terceiro debate (Sarfati, 2005, p. 259).

O construtivismo possui como seu fator fundamental que o distingue das demais teorias uma visão mais ontológica e interacional da realidade internacional e não apenas materialista e racionalista como pensavam os neorrealistas e neoliberais. Neste sentido, o nosso mundo seria construído por nossas ideias e crenças e estas, por sua vez, advindas de particularidades subjetivas e inerentes a nós como indivíduos, nos envolvendo e caracterizando como sociedade própria.

A fim de nos explicar essa questão, Wendt faz um paralelo entre a constituição de pessoas na sociedade e a soberania estatal,

at least two distinctions are important in defining persons. The first is between two ways in which persons are constituted, from the inside and from the outside. Inside constitution refers to the role of structures and processes within the body of a person. For example, all healthy adult human beings have, in virtue of their internal biological and cognitive structure, the ability to be persons. Cats and dogs do not. Outside constitution, in contrast, refers to the role of social recognition in making persons. The key here is social convention: is an individual considered a person in her society? If so, then she will be accorded all the rights and privileges of that status; if not, then not. (...) The traditional distinction in IR between internal and external sovereignty is a good example of these two processes at work. Internal sovereignty refers to a state's

ability to exercise de facto political control over its territory, external sovereignty to its recognition as a de jure member of the society of states. (Wendt, 2004, pp. 293-294).

Neste caso, o teórico sugere que assim como um indivíduo em sua sociedade precisa corresponder a um conjunto de processos internos que o categorizam como sendo ser humano e estes processos precisam ser reconhecidos pelos demais membros da sociedade, a relação entre Estados transcorre da mesma forma.

Logo, para ser reconhecido como um Estado não basta apenas que este tenha a sua soberania e autonomia político-económica reconhecida unicamente por seus nacionais, existe a necessidade inegociável de que os demais Estados também reconheçam essa autonomia e assim sendo concedam de maneira consensual o “status” de Estado para este ou aquele agente.

No entanto, para que tal evento ocorra é necessário mais do que a verificação da soberania, é preciso que haja também uma comunhão de competências intrínsecas e comuns a todos estes pares, como acontece entre os seres humanos, ao que Wendt vai chamar de “identidade corporativa”. Nas palavras do teórico,

the corporate identity of the state generates four basic interests or appetites (1) physical security, including its differentiation from other actors (2) ontological security or predictability in relationships to the world, which creates a desire for stable social identities (3) recognition as an actor by others, above and beyond survival through brute force (4) development, in the sense of meeting the human aspiration for a better life, for which states are repositories at the collective level. (Wendt, 1994, p. 385).

Logo, pode-se perceber com esta afirmação que a identificação de uma nação como sendo agente do sistema internacional, não decorre unicamente de suas particularidades internas e de abrangência nacional. Estes pormenores absolutamente singulares, introversos de maneira indivisível, porém incessantemente evolutiva na nossa conjuntura social, como: família, idioma, cultura, hábitos, religião, sistema de governo, normas e economia, são resultantes da ação humana e igualmente importantes para a consumação do Estado.

Todavia, para além deste aspeto existe um conjunto de competências que o agente precisa possuir a nível externo e que corroboram para validá-lo como igual aos demais na esfera internacional. Questões como: a segurança nacional e a capacidade de reagir a um inimigo externo; o desejo de criar identidades sociais estáveis e confiáveis; reconhecimento por parte dos demais juntamente com o desejo coletivo de assegurar melhores condições de vida e bem-estar; todas essas nuances são demandadas, na visão de Wendt, para que o Estado possa se qualificar como um agente dentro da estrutura.

Dito isso, a maneira como *a posteriori* os agentes se irão relacionar e procurar a satisfação de seus interesses uns com os outros é de ordem totalmente subjetiva e dependerá da forma como estes se definem em relação aos demais agentes no quadro sistêmico existente. Nesse sentido, torna-se pertinente salientar que embora socialmente construída a identidade social de um agente pode ser volúvel e múltipla ao mesmo tempo a depender de quem seja o outro e de quais interesses estão presentes na equação (Sarfati, 2005, p. 261).

Destarte, tendo-se compreendida a forma como as identidades sociais se constituem dentro do âmbito doméstico e quais as competências que são necessárias para que esta mesma identidade social transponha o nível nacional para a esfera internacional, torna-se necessário agora entender melhor como Alexander Wendt explica o conceito de anarquia na perspectiva construtivista e a forma como os Estados se relacionam dentro da cultura anárquica.

1.3.2. O Sistema Anárquico e suas Variantes na perspectiva Construtivista

Quando estamos a discorrer sobre anarquia existe um ponto em comum que parece ser transversal tanto a construtivistas quanto a neorrealistas e neoliberais, o aspeto da segurança. Afinal, independentemente da abordagem teórica escolhida para analisar a realidade internacional, a segurança sempre se mostra como sendo um fator fundamental em todos os debates teóricos de Relações Internacionais.

No entanto, embora possa ser visto como um elo em comum o mesmo não se aplica à forma como estes teóricos imaginam os Estados buscando sua segurança no cenário internacional. Neorrealistas, como Kenneth Waltz, provavelmente alegariam que a busca por segurança ocorreria de forma natural dentro dos limites da estrutura de acordo com a posição política e económica dos Estados dentro da mesma, os neoliberais por sua vez talvez defendessem a tese de que com um sistema internacional mais cooperativo entre os Estados e com uma maior interdependência comercial os riscos à segurança tornar-se-iam “controláveis”.

Dito isso, Wendt nos sugere que a forma como os agentes se posicionam no sistema anárquico dependerá da forma como estes são igualmente construídos. Uma vez que agente e estrutura são construídos conjuntamente a partir da consciência humana e de um ato coletivo de concordância social, não haveria espaço neste sentido para a

existência de uma estrutura prévia com poderes causais a parte do todo esse processo (Wendt, 1992, p. 394). Logo, o que se tem é na verdade um grande conjunto de identidades e vontades resultantes dos factos sociais relativos a cada Estado, e da forma como estes interagem uns com os outros. Nas palavras do teórico construtivista,

states act differently toward enemies than they do toward friends because enemies are threatening, and friends are not. Anarchy and the distribution of power are insufficient to tell us which is which. U.S. military power has a different significance for Canada than for Cuba, despite their similar “structural” positions, just as British missiles have a different significance for the United States than do Soviet missiles. The distribution of power may always affect states’ calculations, but how it does so depend on the intersubjective understanding and expectations, on the “distribution of knowledge”, that constitute their conceptions of self and other. (...) if the United States and Soviet Union decide that they are no longer enemies, “the cold war is over”. It is collective meanings that constitute the structures which organize our actions. Actors acquire identities – relatively stable, role-specific understandings and expectations about self – by participating in such collective meanings (Wendt, 1992, p. 397).

Neste sentido, percebe-se que na perspectiva construtivista de Wendt, o ponto crucial para o entendimento acerca da postura dos agentes no sistema anárquico não se encontra nas capacidades objetivas de cada Estado de se autodefender e nem no balanço de poder vigente na estrutura internacional. Estes sim são elementos pertinentes e que corroboram para o andamento da estrutura, Wendt em nenhum momento ignora este facto, contudo este alega que apenas isso não é o bastante para uma compreensão mais aprofundada, sendo necessária a compreensão subjetiva de como decorrem as relações entre os agentes. Afinal de contas,

a nuclear weapon does not exist in nature, although objects in nature, such as sticks, can be used as weapons. It is human design and intent that shapes the material object into one with a specific meaning and use within a context, where specific identities and interests are at stake (Fierke, 2010, p. 192).

Tendo em vista esse argumento inicial de Wendt sobre o posicionamento dos Estados dentro do sistema anárquico e a forma como estes se relacionam, eis que o teórico também nos apresentará a visão de que não existe um único sistema anárquico geral para todos os Estados, mas sim três modelos gerais de anarquia, são estes o modelo: hobbesiano, lockiano e kantiano. Cada um deles com características gerais próprias e podendo se aplicar de forma diferente a cada Estado, a depender da sua identidade e da interação subjetiva que este terá com os demais, podendo inclusive existir múltiplas anarquias ao mesmo tempo para diferentes agentes e com diferentes níveis de violência. Nas palavras de Wendt (1999),

although in most cultures roles are functionally differentiated, anarchy makes it difficult to sustain role asymmetry until the problem of violence is mitigated, and so I propose that at the core of each kind of anarchy is just one subject position: in Hobbesian cultures it is 'enemy', in Lockean 'rival' and Kantian 'friend', Each involves a distinct posture or orientation of Self toward the Other with respect to the use of violence, which can be realized in multiple ways at the micro-level. The posture of enemies is one of threatening adversaries who observe no limits in their violence toward each other; that of rivals is one of competitors who will use violence to advance their interests but refrain from killing each other; and that of friends is one of allies who do not use violence to settle their disputes and work as a team against security threats (pp. 257-258).

Quando pensamos na cultura hobbesiana como uma forma de anarquia entre os agentes, logo de início nos surge a ideia proposta pelo então filósofo britânico em sua obra, em que haveria um “status” de conflito permanente em que todos seriam adversários de todos na sociedade.

Ao transportar tal ideia para uma perspectiva macro, podemos presumir que no estado de anarquia hobbesiana teríamos os Estados postos como inimigos uns dos outros; em que um não reconhece o direito do outro de existir ou vê este como sendo uma ameaça à sua própria existência dentro do sistema. Ao nos debruçarmos sobre tal perspectiva do sistema anárquico, pode-se afirmar que o conflito violento seria praticamente inevitável nesta situação.

Não obstante na perspectiva de cultura lockiana de anarquia, Wendt nos apresenta agentes que não se consideram inimigos por natureza, mas sim rivais, ou seja, existe um reconhecimento mútuo que estes são adversários, porém coexiste juntamente a isso a ideia de autocontenção por parte de cada um. Logo, o teórico construtivista nos sugere a ideia de que Estados divergentes não se odeiam necessariamente, apenas procuram satisfazer seus objetivos e interesses de forma a querer garantir a sua sobrevivência dentro da estrutura internacional.

Por fim, temos a cultura kantiana de anarquia, em que os Estados veem uns aos outros como aliados e buscam colaborar para viver em união pacífica e ordenada. No seguimento desta ideia, podemos afirmar que na Europa após o término da Segunda Guerra Mundial, vigorou uma espécie de cultura kantiana de anarquia, afinal os Estados encontravam-se todos prejudicados, alguns para mais ou para menos, por causa do recente conflito e precisavam se unir a fim de melhor capitalizar interesses e conduzir reformas político-económicas. Em outras palavras, juntar forças e recursos a fim de fazer aquilo que era melhor para si e para o grupo.

Outro aspeto importante da teoria de Wendt é que para além das três culturas de anarquia que ele nos apresenta, este também sugere a existência de diferentes graus de

internalização entre cada uma delas. Logo, um agente dentro da estrutura pode estar mais propenso a uma cultura lockiana com um Estado vizinho, cujas características internas como: terreno, cultura, idioma, economia e política se assemelhem com as dele próprio. Ao mesmo tempo, este também pode se indispor e optar por uma conduta mais ou menos hobbesiana com outra nação que esteja a ameaçar sua segurança e autonomia dentro da estrutura.

Esses diferentes graus de internalização das culturas de anarquia sugeridas por Alexander Wendt no âmbito internacional, são voláteis e passivas de sofrerem alterações a depender do Estado, identidade, interesses nacionais ou das circunstâncias político-económicas presentes no dado momento. O teatro das relações internacionais, segundo a perspectiva construtivista de Wendt, é complexo e não pode apenas ser reduzido a uma ordem geral de mundo não levando em consideração as minudências de cada agente e suas relações dentro da estrutura. Afinal “a anarquia é o que os Estados fazem dela” (Wendt, 1992, p. 394).

Deste modo, tendo compreendido os principais argumentos da tese do teórico construtivista norte-americano Alexander Wendt, bem como as raízes filosóficas e sociológicas que fundamentaram esta escola de pensamento no decorrer dos séculos, adentraremos agora no segundo capítulo um pouco mais no terreno do Reino Unido.

Por via de uma revisão historiográfica deste como nação, focalizando especial atenção no período do século XX em que decorrem suas relações políticas e económicas com a então comunidade europeia à época; adentraremos de forma aprofundada na discussão acerca da identidade nacional britânica, a fim de salientar questões pertinentes para esta dissertação de mestrado como: a identidade social e corporativa do Reino Unido segundo a perspectiva de Alexander Wendt, as culturas anárquicas existentes entre o Reino Unido e a União Europeia no decorrer da história, o conservadorismo liberal inglês e o sentimento nacionalista britânico.

Capt. 02. Um Olhar Sobre o Reino Unido e a sua História

Conforme comentado *a priori*, este segundo capítulo ocupar-se-á com o desenvolvimento das problemáticas referentes ao seu objeto de estudo, o Reino Unido.

O presente capítulo visa apresentar uma revisão histórica do Reino Unido como Estado-nação, abordando de forma bastante breve a constituição de sua sociedade nos primórdios da civilização, salientando momentos-chave para a sua história como a Revolução Gloriosa de 1688, caminhando até o ano da sua unificação em 1707 com a União Anglo-Escocesa, e a maneira como esta contribuiu para a ascensão do império e o chamado período da *Pax Britannica*.

Posteriormente, focaremos a análise no decurso do século XX, em que destacaremos alguns episódios importantes para o R.U. como o pós-guerra e a reconstrução europeia, a importância da *Commonwealth* e a descolonização, e principalmente o longo processo de adesão do Reino Unido à C.E.E. em 1973.

Por fim, esta revisão histórica da trajetória do Reino Unido se encerra por meio de uma abordagem descritiva sobre as relações deste com a C.E.E. após a respetiva adesão, com um destaque especial para alguns elementos importantes que tornaram tão singular esta relação entre ambos os agentes.

Desta forma, salientar-se-á o momento do referendo britânico em 2016, passando brevemente pelas negociações formais entre o R.U. e a U.E. durante a gestão de Theresa May, o momento da eleição para o parlamento no final de 2019 e a vitória do Partido Conservador sob a liderança de Boris Johnson como então premier.

É importante destacar que embora o R.U. seja formalmente constituído por quatro Estados (Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte) este capítulo terá como foco principal a história do percurso da Inglaterra. Pois embora os demais países somem-se a este na constituição do R.U., estes também possuem trajetórias e características próprias, que mereceriam outra análise em estudos que incidam sobre a relação entre os Estados que compõem o Reino Unido.

2.1. O Nascimento de uma Nação

Abordar num quadro síntese a história inteira de um país é um desafio considerável, pelo que a nossa opção incidirá por destacar alguns momentos históricos determinantes para compreender o nascimento e o desenvolvimento do Reino Unido. No entanto, sobre tal ofício concerne uma pertinente indagação, em que momento a história do Reino Unido começa? Para tal questão pode-se encontrar uma série de respostas consideráveis entre os historiadores e especialistas no assunto.

Tendo em vista a proposta do presente trabalho, podemos dizer que a história da Grã-Bretanha começa realmente há milhões de anos com a formação da crosta terrestre na região. Quando o canal da Mancha e o grande Mar do Norte se formam e assim ocorre a separação daquilo que viriam ser as ilhas britânicas do restante do enorme continente europeu (Speck, 2013, p. 19).

Embora essa afirmação possa, à primeira vista, carregar certo ar de jocosidade, esta tem consigo um grande fundo de verdade quando nos debruçamos sobre a questão da identidade social e corporativa inglesa. Segundo nos contam Renni e Santos (2016, p. 05) “a separação geográfica do continente europeu fez com que muitos bretões desenvolvessem um sentimento de que eles são, ao mesmo tempo, parte e não parte da Europa”. Deste modo, podemos ter em mente que o facto do principal território da Grã-Bretanha ser uma ilha isolada do restante do continente, fora condição indispensável para a consolidação da identidade deste e a forma como estes se vêm em relação aos irmãos europeus.

2.1.1. Da Era das Invasões à Revolução Gloriosa

A era das invasões é um período fundamental para o entendimento da história do Reino Unido como um Estado-nação, de certa forma pode-se afirmar que este período se inicia no ano 55 a.C, em que a região da Bretanha recebe seus primeiros visitantes estrangeiros, os romanos. Naquela época os povos nativos da Bretanha dividiam-se em várias tribos ao longo de todo o território, uma dessas tribos era a dos *iceni* que mais tarde viriam a se revoltar contra o exército romano sob o comando da rainha Boudicca, todavia sem obter sucesso. Os romanos permaneceriam na região da Grã-Bretanha por quase cinco séculos, até o momento em que estes decidem se retirar em virtude das numerosas invasões que ocorriam ao Norte da colónia (Burke, 2016, p. 313).

Durante séculos a região fora governada e administrada por romanos, contudo, quando estes se retiraram foi a vez dos povos germânicos advindos de locais que hoje são a

Alemanha, Holanda e Escandinávia se fixarem na região. Tal evento fez com que muitos bretões dali originários debandassem rumo ao norte e oeste, onde atualmente é a Escócia e o País de Gales, o que permitiu um maior domínio dos povos invasores nas terras ao sul, especialmente dos anglo-saxões e jutos.

Contudo, embora este período de invasões tenha sido marcado por extrema violência, este também fora importante em determinados aspectos, um deles fora a questão linguística. A junção dos dialetos falados à época entre os povos saxões, jutos e vikings, somado ao celta falado pelos bretões da região, compõem as estruturas básicas da língua inglesa como a conhecemos hoje. Como nos explica Hirst (2018, p. 138) “o vocabulário básico e a gramática do inglês surgiram da fusão dessas línguas germânicas. No processo, o inglês perdeu as flexões existentes em suas origens germânicas”.

Embora se possa afirmar que as invasões germânicas ocorridas no século VI foram essenciais para a consumação do povo inglês, sua língua e o início de sua história como um futuro Estado-nação independente, estas não seriam as últimas invasões que a Grã-Bretanha testemunharia em seu território.

No ano de 1066 ocorre a invasão da ilha pelos povos normandos, ou a chamada *Conquista Normanda* como é mais conhecida, liderados à época pelo duque Guilherme, o conquistador. A invasão ocorrerá um pouco depois da derrota do então rei Harold, o último rei anglo-saxão, na batalha de Hastings. Quando o exército deste perde a batalha para os normandos comandados por Guilherme, estes então acabam por ocupar a região de Sussex e ali permaneceram sem jamais serem expulsos (Burke, 2016, p. 314).

A invasão dos normandos a ilha da Bretanha pode ser considerada como um dos episódios de maior impacto na cultura e no estilo de vida da região após as invasões romanas em 55 a.C. Alguns desses resquícios são facilmente sentidos como no caso da arquitetura, com a introdução do estilo gótico, demasiado presente na França na época. Contudo, fora talvez a língua inglesa que mais colheu frutos dessa influência normanda. O acréscimo de palavras de origem francesa ao então vocabulário anglo-saxão existente na região, fez com que a língua inglesa se tornasse hoje o idioma como a maior número de vocábulos e expressões idiomáticas do mundo. Conforme nos aponta Hirst (2018)

os normandos eram originalmente nórdicos que tinham sido incentivados pelo rei a se estabelecer na França, pondo fim a suas incursões de pilhagem. Falavam sua própria versão do francês, a qual, sendo uma língua românica, ainda trazia consigo muito do latim. A nova classe governante da Inglaterra continuou falando o francês dos normandos durante séculos, até que este também se fundiu com o inglês, o que resultou num aumento muito grande do vocabulário

do inglês. A partir de então passou a haver duas ou mais palavras para quase tudo. (p. 139).

Outro evento marcante da história do Reino Unido e que é considerado um divisor de águas na trajetória política do país é a chamada Revolução Gloriosa de 1688. Para entender tal questão antes se faz necessário compreender o ambiente que existia na região *a priori* durante a chamada Era Stuart.

Durante a regência do rei Carlos I, ocorria diversos atritos entre a coroa e o parlamento britânico à época, na sua maioria por questões de natureza religiosa, política e de impostos, o então rei Carlos I desejava poder aumentar os impostos a fim de aumentar as receitas do reino, todavia o parlamento não autorizou tal manobra e o país mergulhou em uma violenta guerra civil.

Após a guerra civil e uma ditadura repressora que durou de 1653 a 1658, o Parlamento reassumiu o poder no país e decidiu convidar o filho do antigo rei, Carlos II, para assumir o trono, com um conjunto de poderes políticos e autoridade limitada face ao seu antecessor. Contudo, em 1685 faleceu o rei Carlos II, e o parlamento transmitiu o trono para o seu irmão Jaime II.

Jaime II buscou maneiras de reforçar a ideia do absolutismo monárquico, além de intensificar a reaproximação com os católicos na Inglaterra. O grande estopim para a revolução fora o nascimento do filho de Jaime II em 1688, o parlamento não aceitaria ficar submisso ao reinado de outro rei católico, logo em uma manobra política ousada o parlamento persuadiu a filha do rei, Maria Stuart e o seu marido Guilherme de Orange, a depor o pai do trono. O parlamento conseguiu o seu intento e em 1688, Guilherme de Orange levou tropas para a Inglaterra e forçou a renúncia de Jaime II. Guilherme de Orange e Maria Stuart foram coroados como os novos monarcas da Inglaterra e em 1689 fora ratificada a *Bill of Rights*. Segundo nos conta Burke (2016)

as condições sob as quais Guilherme deveria reinar foram estabelecidas pelo *Bill of Rights* (Declaração de Direitos) do Parlamento em 1689, que restringiu o poder do monarca, ampliou enormemente o poder do Parlamento e proibiu que um católico voltasse ao trono (p. 324).

Nesse sentido, podemos dizer que embora a história do Reino Unido como povo tenha se iniciado muito tempo antes, fora a partir da chamada Revolução Gloriosa que nascera o modelo político do R.U. Modelo este que – conforme veremos mais à frente – representa um elemento determinante na construção da identidade social britânica.

2.1.2. Da União Anglo-Escocesa de 1707 à *Pax Britannica*

Conforme fora salientado na subsecção anterior tanto as frequentes invasões germânicas na região da Bretanha quanto demais episódios de sua história, como a Revolução de 1688, foram cruciais para a constituição deste como um Estado-nação em seu tempo. Desta forma, outro evento que contribuiu para este efeito fora o acordo da União Anglo-Escocesa ratificado em 1707, acordo este que constitui a origem constitucional do que hoje conhecemos como sendo a Grã-Bretanha.

É necessário lembrar que antes do Ato de União de 1707, a Escócia e a Inglaterra eram regiões tidas como separadas e não apenas no contexto geográfico da pauta, como também no aspeto político já que suas relações nunca foram de facto “amigáveis”.

A Inglaterra com alguma frequência interferia nos assuntos domésticos escoceses, basta nos lembramos de episódios como o grave período de instabilidade ocasionado pela Guerra de Independência em que, após a morte do rei Alexandre III da Escócia e de todos os herdeiros plausíveis ao trono, a Inglaterra de Edward I decidiu interferir politicamente no rumo do Estado vizinho, o que conduziria à Primeira Guerra de Independência Escocesa na qual surgiriam figuras lendárias como William Wallace e Robert Bruce, este último vindo a ser o futuro rei da Escócia após o conflito (Lichon, 2018, p. 03).

Entretanto, vale também salientar que em 1688 os escoceses foram adeptos ao episódio da chamada Revolução Gloriosa; endossando assim a coroação de Guilherme de Orange e Maria Stuart ao trono inglês. No entanto esta questão viria futuramente a causar novos atritos entre as duas nações, pois durante a regência de Guilherme a Escócia tornar-se-ia palco dos sangrentos conflitos deste com a França. Será no seguimento deste clima de digressão e sentimento de insegurança que emergiria a proposta de União Anglo-Escocesa na qual ambas as regiões se juntariam em uma só nação. Conforme nos elucida Speck (2013),

as condições mais imediatamente prementes eram as de que a Inglaterra e a Escócia deveriam fundir-se no Reino Unido da Grã-Bretanha, e que a sucessão ao trono britânico na Casa de Hanôver devia ser mantida. Isso não apenas aliviou a crise imediata como também, a longo prazo, mostrou-se uma solução duradoura. Um dos principais fatores para persuadir a comissão escocesa e o parlamento de Edimburgo a aceitar a União foi a admissão da Escócia na economia inglesa em condições vantajosas. Desse modo, os escoceses ganharam pleno acesso aos mercados da Inglaterra, incluindo suas colônias, enquanto algumas indústrias escocesas, especialmente as de carvão e de sal, ganharam proteção contra a competição inglesa. (p. 37).

Neste sentido podemos dizer que a consumação do acordo fora talvez o ponto de partida que deu condições para a ascensão do império britânico e ao período da *Pax Britannica*.

A terminologia *Pax Britannica* é normalmente utilizada para definir o período histórico entre a queda de Napoleão e o início da Primeira Guerra Mundial, período este em que o Reino Unido conquistou o seu lugar no mundo como uma potência influente. Contudo, quando estudamos a ascensão do império é necessário ter em vista que o mesmo conceito não fora obra exclusiva dos britânicos e mesmo este não fora uma resultante de um único evento histórico.

De forma bem sintetizada, podemos dizer que a ascensão do império britânico fora um somatório de diversos fatores que ocorreram quase dentro do mesmo lapso temporal, o século XIX. Deste modo, podemos apontar que determinados elementos como: o surgimento e a discussão de ideais liberais sejam no terreno da política como da economia, potencializadas pelos teóricos Adam Smith e David Ricardo; as grandes navegações e colonialismo britânico em regiões chaves do mundo, como a Índia, África e Oceania; o início da chamada Revolução Industrial e o desenvolvimento de tecnologias pioneiras que corroboraram para otimização do trabalho e a manufatura; a revolução científica proporcionada por intelectuais nacionais e demais outros aspectos foram responsáveis por permitir que Reino Unido atingisse esta posição de destaque no cenário mundial (Passetti, 2016, p. 06).

Outro aspeto interessante acerca do expansionismo do império britânico é que diferentes de outras potências de sua época, como Portugal, Espanha e França, este não se notabilizou unicamente pela questão relativa ao seu colonialismo.

De facto, o Reino Unido colonizou e buscou manter muitas de suas zonas de influências a pesados custos políticos e de guerra sempre que achou necessário, basta nos lembrarmos de episódios como a Revolução Americana em 1776, a Guerra do Ópio em 1839 ou a Guerra dos Bôeres em 1899. Todavia, durante seu auge este também adotou uma postura económica mais flexível e liberal o que permitiu que estes mantivessem numerosas rotas de influência ao redor do globo.

A potência em expansão teria investido para compor uma nova situação na qual seus concorrentes continentais se mantinham em paz, possibilitando, talvez sem perceber, tempo e recursos para os britânicos construírem seu enorme império: a *pax britannica* teria sido, portanto, uma inteligente estratégia para conquistar o planeta. (...) a Grã-Bretanha passou a vivenciar, no início do século XIX, a experiência única de se tornar a principal potência política, além de modelo e referência económica e social. (Passetti, 2016, p. 03-06).

Em outras palavras, a fim de facilitar seu comércio e abrir maiores possibilidades de contato no exterior, este buscou ser um império mais marcado pela interdependência econômica, influência do livre-mercado e disseminação de seus valores e cultura nos demais territórios, do que unicamente pelo colonialismo e exploração de recursos à força. Segundo nos endossa Burke (2016), este foi o chamado “Império informal, em que o domínio britânico era mais econômico do que político” (p. 337). Desta maneira, pode-se afirmar que o R.U. em seu auge obteve sucesso ao encontrar um ponto de equilíbrio vantajoso entre suas aspirações imperialistas e o livre-comércio, contudo existem algumas controversas relativas a essa argumentação.

Em seu artigo *The Empire Project: The Rise and Fall of the British World System 1830-1970* (2009) o historiador John Darwin sugere outra explicação para o ápice do império, segundo ele o esplendor obtido pela Grã-Bretanha no século XIX não fora algo meticulosamente planejado pelas autoridades britânicas à época, mas sim um grande encontro de circunstâncias externas fortuitas que corroboraram de forma macro para que o reino de Sua Majestade chegasse ao seu grande clímax. Segundo nos discorre Darwin (2009),

although this aspect was hard to see at the time, the success and survival of British connections depended on something far vaster than the tactics and stratagems of British agents and interests. (...) If the British system was global, its fate was a function of the global economy and of shifts in world politics which it might hope to influence but could hardly control. (...) British expansion was driven not by official designs but by the chaotic pluralism of British interests at home and of their agents and allies abroad. (pp. 02-03).

Tal argumentação promovida por Darwin torna-se plausível quando consideramos o momento vivido pela Europa naquela época; o continente encontrava-se sobre tremenda instabilidade ocasionada pelas campanhas napoleônicas e o R.U. era a principal potência com poder militar e naval equiparável a França, junte-se a isso as inovações tecnológicas que surgiram durante a chamada Revolução Industrial e as diversas colônias inglesas que emergiam ao redor do globo e teremos um conjunto de condições aproveitadas pela Grã-Bretanha para a sua afirmação no contexto internacional.

Contudo, enquanto de um lado encontramos quem afirme que fora existência de condições proveitosas que permitiu ao Reino Unido ascender como potência, por outro lado existe quem divirja desta tese e aponte que na verdade o que levou o império ao seu estado de magnificência não fora a estrutura mundial, mas sim a própria superioridade britânica.

Em seu livro *Império: como os britânicos fizeram o mundo moderno* (2016), Niall Ferguson faz uma leitura bastante particular e ufanista do Reino Unido ao sugerir que o chamado fenómeno da globalização não teria sido um resultado proveniente das políticas liberais, sendo este na verdade um fruto de inteira responsabilidade dos britânicos. Ou seja, o facto de atualmente o mundo estar cada vez mais conectado e interdependente não validam as teses liberais. Na visão de Ferguson, fora o esforço proporcionado pelo império britânico no extremo de sua hegemonia que construiu as estruturas internacionais contemporâneas. Nas palavras do autor “o Império Britânico foi a coisa mais próxima de um governo mundial que já existiu” (Ferguson, 2016, p. 21).

Será caminhando neste sentido, como potência política e económica de grande prestígio e autoridade, que o Reino Unido deixará o longo século XIX para adentar no século XX, no qual abordaremos os principais destaques desse período e os seus respetivos significados para a sociedade inglesa.

2.1.3. O Pós-Guerra, Commonwealth e a adesão à Comunidade Económica Europeia

Segundo fora possível observar na subsecção anterior, o século XIX fora um período de grande emergência para o império britânico, no qual este buscou de forma perspicaz fazer uso das oportunidades vigentes e assim potencializar sua capacidade produtiva bem como desenvolver numerosas rotas de comércio e influência ao redor do mundo. Conforme nos enfatiza Geoffrey Blainey (2011), “o Império Britânico, o maior conhecido pelo mundo até então, ainda não havia atingido seu auge, mas já era dono de uma parcela significativa de cada continente habitado e de uma série de ilhas em cada oceano” (p. 11).

Neste sentido, daremos um salto no tempo rumo ao período do pós-segunda guerra mundial no qual buscaremos elucidar qual era o cenário vigente naquela época e de que forma este atingia a Grã-Bretanha politicamente, economicamente e socialmente.

A Segunda Guerra Mundial fora o maior conflito armado já ocorrido na história da humanidade. Uma guerra sem quaisquer precedentes, que consistiu na junção de nação contra nação em diversos conflitos ao redor do globo, levando consigo à morte de mais de 60 milhões de pessoas (Beavor, 2015). O evento mudou totalmente o conceito de estudo das relações internacionais, além de apresentar a humanidade ao horror da ameaça nuclear e o novo conflito que ainda estaria por emergir.

Quando este conflito terminou, o mundo em sua grande maioria estava devastado e o cenário que se conjecturava era o da divisão bipolar entre EUA e URSS, conforme já salientamos anteriormente. Todavia, enquanto o mundo se dividia em dois grandes hemisférios ideológicos a Leste e Oeste, na Europa outra perspectiva de futuro começava a florescer em meio ao trauma do pós-guerra.

Para os países pertencentes ao velho continente, para alcançar a recuperação político-econômica seria necessário o apoio financeiro/monetário dos Estados Unidos, contudo junto dessa afirmação também nascia um sentimento de união e integração que mudaria tudo; a Europa percebeu que para além de capital estrangeiro esta precisaria também desenvolver um plano de cooperação e desenvolvimento econômico a fim de se reerguer e se tornar um agente de relevância no cenário mundial.

Contudo, o sentimento geral dos Estados da região era de que se tal projeto de integração fosse de fato orquestrado, o ponto de partida inicial seria dado pelos britânicos e franceses, em vista da forte união que estes demonstraram durante o conflito, a proposta, entretanto, não avançou, conforme nos conta Scofield (2018),

os britânicos estavam apreensivos com qualquer ato que pudesse cercear a sua soberania e liberdade para agir de forma independente. Já os franceses tinham interesse em manter a Alemanha fraca econômica e militarmente, enquanto a França reconstruía a sua força interna. (p. 13).

Esta indisposição dos britânicos para com o prelúdio da ideia de uma Europa forte e unida, tem sua explicação ancorada no *status quo* do país à época, que estava engajado na resolução de seus próprios problemas domésticos. Embora a situação político-econômica do país fosse ligeiramente melhor do que a de seus vizinhos do outro lado do canal da Mancha, esta também não era um carrossel de grandeza e opulência. Alguns aspectos que haviam melhorado durante o clímax da guerra declinaram no pós-guerra, um deles fora o pleno emprego. De acordo com Speck (2013),

em 1940, havia ainda 1 milhão de desempregados. Em 1943, a escassez de mão de obra era tão séria que o recrutamento de mulheres para o serviço de guerra, introduzido em 1941, foi ampliado de modo a incluir as mulheres entre 18 e 50 anos. Durante a guerra, cerca de 2 milhões de mulheres foram incorporadas à força de trabalho. A escassez de mão de obra levou a aumentos salariais, sendo que os salários reais subiram em média 9% entre 1938 e 1945. Além disso, 'horas extras' e bônus conferiam àqueles que trabalhavam na produção de munições um aumento em torno de 20%. (...) Havia um nítido temor de que esses níveis de vida melhorados não se mantivessem após a guerra, quando os soldados fossem desmobilizados e retornassem ao mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, havia o compromisso de manter o pleno emprego. (...) Todavia, em vez de haver um excesso de trabalhadores, os anos do pós-guerra na verdade testemunharam uma séria escassez de mão de obra (p. 147).

A queda brusca do pleno emprego, que anos antes havia trazido demasiada esperança aos corações britânicos durante a guerra, mostrava-se uma adversidade cada vez mais difícil de ser sanada agora no pós-guerra. Neste sentido, uma das soluções elaboradas para a questão fora o recrutamento de mão de obra qualificada externa ao Reino Unido, com trabalhadores oriundos de outras regiões pertencentes ao império, como o subcontinente indiano, África e Ásia.

Todavia, embora os recém-chegados imigrantes demonstrassem eventual competência e primazia ao desempenhar funções de trabalho importantes e escassas no país, estes não obtinham o devido reconhecimento pelo povo britânico que diversas vezes os enxergavam como povo inferior. Conforme nos elucidava Speck (2013) referente a esta questão,

certamente existiam diferenças culturais e linguísticas entre os imigrantes e as comunidades que os recebiam no final da década de 1940, e expressavam-se muitos preconceitos contra os ‘deslocados’, como eram chamados aqueles que vinham dos estados bálticos devastados pela União Soviética. Naquela época, o slogan ‘deportem os deslocados’ começou a surgir nas paredes. Mas, sendo eles cristãos e europeus, foram rapidamente incorporados à sociedade britânica. Foi a etnia dos recém-chegados que dificultou a incorporação daqueles que vieram das Índias Ocidentais e da Ásia. Eles descobriram um forte elemento racista na ‘mãe-pátria’. (...) Comunidades que haviam sido notavelmente homogêneas durante gerações repentinamente constatavam estar se tornando sociedades multirraciais (p. 148).

A crise econômica do pós-guerra, bem como a emergência de episódios xenófobos contra os imigrantes que vinham para as terras da coroa, corroborou para criar uma atmosfera de tensão e incerteza sobre o futuro da Grã-Bretanha. Em paralelo a isso, Londres assistia do outro lado do canal os países se unirem em um protótipo de comunidade integrada que tinha como objetivo proporcionar uma melhor recuperação política, econômica e social destes países. Em 1951 nasceu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), a primeira organização supranacional no âmbito europeu. Conforme aponta Silveira (2018),

a inexistência da Europa como instituição organizada e unida era ali apresentada como fator definitivo da guerra ocorrida. Assim, a declaração originária do projeto europeu, proposta pela França, trazia com o objetivo fundamental garantir a paz através da construção de uma Europa unida (p. 11).

Notavelmente que já no início do pós-guerra existiam personalidades da política britânica que chamavam a atenção para a urgência de se construir uma nova Europa, não apenas como forma de garantia político-econômica como também uma forma de resistir à ameaça socialista que se fortalecia a Leste,

if Europe were once united in the sharing of its common inheritance there would be no limit to the happiness, prosperity and glory which its 300 million or 400 million people would enjoy. Yet it is from Europe that has sprung that series of frightful nationalistic quarrels, originated by the Teutonic nations in their rise to power, which we have seen in this 20th century and in our own lifetime wreck the peace and mar the prospects of all mankind. (...) Yet all the while there is a remedy which (...) would in a few years make all Europe, or the greater part of it, as free and happy as Switzerland is today. What is this sovereign remedy? It is to recreate the European fabric, or as much of it as we can, and to provide it with a structure under which it can dwell in peace, safety and freedom. We must build a kind of United States of Europe (Churchill, 1946).

Entretanto, embora Westminster apoiasse de forma genuína a iniciativa de seus vizinhos, estes ainda se encontravam relutantemente céticos à ideia de fazer parte da comunidade, não unicamente em vista de já estarem ocupados com suas crises internas, mas por também já possuírem o seu próprio modelo de comunidade económica, a Commonwealth.

Inicialmente chamada *The British Commonwealth of Nations* - hoje mais simplesmente *The Commonwealth* – este era o título utilizado para se referir as regiões de domínio da coroa britânica durante o alto império. A consolidação de uma sociedade como esta fora um verdadeiro fenómeno no período da chamada *Pax Britannica*, quando o R.U. se notabilizou não apenas pela expansão territorial de seu reinado como também pela influência económica que este desempenhou nas respectivas colónias.

Neste sentido, a Commonwealth era de demasiada importância para o governo britânico afinal, para além de todo um simbolismo histórico de hegemonia e imperialismo a que esta remetia, também era uma fonte de receitas financeiras significativas ao R.U. A manutenção de sua hegemonia somada a diversas ligações económicas vantajosas foram fatores que desencorajaram os parlamentares britânicos a querer fazer parte da CECA quando esta surgiu. Conforme afirma Burke (2016),

o comércio britânico com o Commonwealth era quatro vezes maior do que com a Europa no final da década de 1950, quando o Mercado Comum foi instituído. O governo britânico chegou a pensar, na mesma época, em convidar os escandinavos e outros países europeus a se unirem ao Commonwealth a fim de que, juntos, se tornassem um mercado comum económico de imensas proporções. O Reino Unido só iria se juntar à União Europeia, conhecida na época como European Economic Community, em 1973, ao lado da Dinamarca e da Irlanda (p. 342).

Deste modo, pode-se perceber que ainda que a Grã-Bretanha estivesse digladiando com as crises domésticas do pleno emprego e restauração da economia, não havia no ar uma vontade unânime de querer se unir à CECA. Em grande medida, pode-se atribuir isso ao facto da *Commonwealth* permanecer como garantia de certa estabilidade

económica, bem como o fator da identidade insular que contribuía para tal indisposição por parte dos ingleses.

Contudo, após o término da Segunda Guerra Mundial diversos movimentos nacionalistas começariam a surgir em várias regiões ao redor do mundo. Tal como acontecera décadas antes na Europa, após o colapso e repartição dos impérios dominantes à época, agora diversas regiões do chamado “Terceiro Mundo” vivenciavam a emergência de movimentos em prol do direito à autodeterminação (Hobsbawn, 1990). Nesse particular, também se incluíam os territórios pertencentes à *Commonwealth*.

O processo de descolonização fora uma surpresa para as autoridades inglesas à época, afinal, imaginar que a Grã-Bretanha, que em 1920 era um dos impérios mais influentes da história moderna e dona de mais de 80 territórios ao redor do globo, estivesse finalmente se “desfazendo” representava um abalo na moral nacional inglesa.

Curiosamente um aspeto interessante a se destacar sobre este episódio é que, embora a coroa inglesa não tenha sido por inúmeras vezes a mais justa e nem a mais generosa do mundo para com suas colónias, durante a segunda metade do século XX este acabou por adotar uma postura mais realista dos demais impérios como o francês, por exemplo, percebendo que de facto sua trajetória tinha chegado ao fim. Em um famoso discurso recitado em 1960 no parlamento da África do Sul, o então líder conservador Harold Macmillan reconheceu a importância e o significado daquele momento, nas palavras do ex-primeiro ministro,

the wind of change is blowing through this continent, and whether we like it or not, this growth of national consciousness is a political fact. We must all accept it as a fact, and our national policies must take account of it (Macmillan, 1960).

Em virtude disso, o processo de descolonização e independência da esmagadora maioria das colónias inglesas fora de facto pacífico, tendo seu início em 1947 com o fim do Raj Britânico e a concessão da independência à Índia, sendo seguido por demais territórios da coroa, como: Gold Coast em 1957, Nigéria em 1960, Jamaica em 1962, Quênia em 1963 e mais recentemente Hong Kong em 1997 (Burke, 2016, p. 339).

A Grã-Bretanha estava desesperada, o declínio económico parecia não ter fim e mesmo após desgastantes tentativas intervencionistas do governo na economia, parecia não haver solução política que pudesse ser subjacente à crise económica (Speck, 2013, p. 149). Será no seguimento desta somatória de consecutivas crises, tanto a nível doméstico como internacional, e paralelamente a isso a notável ascensão económica da

agora Comunidade Económica Europeia (CEE) que passará a ser cogitado um plano de adesão à comunidade por parte do governo britânico.

Destarte, conforme fora possível perceber até o momento do presente capítulo, até à metade do século XX a ideia de compor uma união político-económica e integracionista com os seus irmãos europeus nunca estivera de facto nos planos da Grã-Bretanha, embora estes demonstrassem apoio à iniciativa. Contudo, pode-se afirmar que a adição subsequente de inúmeras crises internas e externas forçou o Estado inglês a rever a própria percepção acerca da pauta. Segundo Renni e Santos (2016),

o Reino Unido trabalhou ao longo do século XX com a ideia de esferas de interesses, em três instâncias distintas, a saber: a relação privilegiada com os Estados Unidos, a proximidade com os países da Commonwealth e as relações com os países da Europa continental. Entretanto, a mudança de posição em relação à Europa se dá como uma 'política de último recurso', uma vez que ela surge num contexto de descolonização e do receio britânico de ter perdas no comércio exterior, especialmente na própria Commonwealth (p. 05).

Desta forma, o Reino Unido fará seu primeiro apelo para aderir a CEE em 1961, que por negativa da França seria barrada em 1963. Uma segunda tentativa foi feita em 1967, porém igualmente sem obter sucesso. Embora, se possa dizer que a tentativa de adesão do R.U. à CEE já era um evento esperado mais cedo ou mais tarde, esta não obteve muita simpatia por parte de alguns atores políticos, como o presidente francês à época, Charles de Gaulle. Este temia que uma participação britânica na comunidade pudesse ofuscar a liderança francesa dentro do bloco. Neste sentido, De Gaulle malogrou as duas tentativas de inserção inglesa, na primeira ocasião este disse o seguinte,

England in effect is insular, she is maritime, she is linked through her exchanges, her markets, her supply lines to the most diverse and often the most distant countries; she pursues essentially industrial and commercial activities, and only slight agricultural ones. She has in all her doings very marked and very original habits and traditions (De Gaulle, 1963).

Para efeito disso, pode-se afirmar que o sentimento eurocético e de antagonismo por parte dos ingleses para com a comunidade europeia já começara desde 1961. Pois, embora a realidade fosse categórica em ditar que por trás do pedido de adesão do R.U. havia um sentimento de preocupação para o facto deste não ter obtido êxito na resolução das próprias crises, bem como a redução de poder e influência internacional, estes também não estavam dispostos a ceder em questões sensíveis, as quais se mostravam caras ao povo britânico, como sua soberania e independência. De acordo com Speck (2013),

a ideia de que o ingresso na Comunidade seria um remédio para o declínio econômico não deixou de receber as suas críticas. A direita tendeu a enfatizar as

vantagens do comércio no interior da Commonwealth britânica. No entanto, esse argumento se tornou cada vez menos convincente conforme a Grã-Bretanha renunciava a seus compromissos imperiais (...) Vozes de políticos britânicos, tanto de direita como de esquerda, opunham-se à cessão de soberania que significaria o fim de mil anos de história (p. 151).

Assim sendo, podemos afirmar que a sensação inquietante de restauração económica de um lado digladiando com as ressalvas nacionalistas e populares de outro, conduziram o R.U. a finalmente ingressar na CEE, contudo com um contrato recheado de muitas “vírgulas” e ressalvas políticas. Nesse sentido, podemos afirmar que desde a consumação de sua união até o ato de seu rompimento o Reino Unido sempre optou por adotar uma postura de salvaguarda, o que no velho continente fez com que este fosse visto como sendo “o parceiro complicado” ou aquele que teria uma participação “à la carte” nas pautas e debates da própria comunidade.

a trajetória britânica dentro da UE é marcada, dentre outros pontos, pela recusa em aderir a certos acordos em sua totalidade, valendo-se do mecanismo de opt-out. O mecanismo de opt-out é um protocolo anexado sempre que um novo acordo é assinado no seio da UE, que dá isenção dentro de um campo político comum a um Estado-membro no fim das negociações intergovernamentais (Renni & Santos, 2016, p. 06).

No dia 1 de Janeiro de 1973 sob a liderança do primeiro-ministro conservador Edward Heath, um europeísta convicto, o Reino Unido iniciaria formalmente a sua relação como um Estado-membro da CEE. Heath era um firme defensor da proposta de integração europeia alegando que para além de permitir que o R.U. colhesse frutos positivos no campo económico a longo prazo, esta também seria um grande passo com o propósito de reerguer a moral e o semblante do R.U. para o mundo. Porém, esta postura rendeu a Heath duras críticas durante seu mandato, inclusive dentro do seu próprio partido pela futura premier, Margaret Thatcher.

Passadas as eleições gerais de 1973, o novo governo trabalhista de Harold Wilson não demorou muito para trazer essa pauta à mesa, questionando a recente entrada do país na CEE e alegando que os termos sob os quais o R.U. integrou a Comunidade não eram favoráveis e nem detinham o apoio da maioria do governo empossado. De acordo com Speck (2013),

a esquerda tendia a suspeitar do Mercado Comum como um clube capitalista, e temia que o controle estatal da economia britânica se mostrasse impraticável caso se cedesse à soberania. Por conseguinte, quando um governo trabalhista chegou ao poder, em 1974, insistiu em realizar um referendo sobre a questão da adesão britânica na CEE. Os resultados, em 1975, revelaram que dois terços dos votantes estavam a favor (p. 151).

Entretanto, embora a adesão ao bloco europeu em 1975 gozasse de apoio popular, os governos de Westminster no decorrer das décadas seguintes fariam opção por adotar uma postura mais cética e “realista” face ao bloco europeu. Mesmo durante o governo Thatcher, o R.U., por incontáveis vezes, demonstrou apoio às pautas europeias somente quando estas também lhe soavam interessantes ou quando percebiam uma ausência de risco à sua soberania (Renni & Santos, 2016, p. 08).

Para entender melhor os elementos que compõem essa postura do Reino Unido, desde o início de sua relação com a U.E. até ao *Brexit* torna-se necessário entender minuciosamente os aspectos políticos e sociais que sustentam o arcabouço da sociedade britânica e que se traduzem na sua identidade social.

Capt. 03. Uma Análise Construtivista acerca do *Brexit* e da Identidade Social do Reino Unido

No seguimento da abordagem histórica do Reino Unido, procurar-se-á, agora, apresentar uma visão mais associada à vertente político-social, nomeadamente as questões relativas à construção da identidade social e a forma como o passado inglês com seus costumes e tradições têm influxo neste tópico.

Inicialmente discorrer-se-á sobre o conservadorismo britânico como ideologia, salientando as características essenciais deste como tese política à luz de seus mais proeminentes autores. Posteriormente, adentraremos, de forma mais singular, no cerne da questão identitária do Reino Unido, salientando alguns aspetos particulares a este como povo próprio, procurando, deste modo, acentuar a influência do conservadorismo político na construção da identidade social inglesa e seu cotidiano.

Na sequência deste iremos desenvolver uma abordagem concisa sobre o nacionalismo como ideologia política, aprofundando não apenas a vertente concetual, como também detalharemos as principais variantes e a forma como estas digladiam entre si. Este caminho, permitirá chegar ao cerne do nacionalismo britânico, salientando em que momento este emerge na sociedade inglesa e chamando atenção para suas peculiaridades principais bem como os seus reflexos na identidade social do R.U.

De modo a cumprirmos os objetivos traçados inicialmente, iremos efetuar uma abordagem consisa sobre a identidade social britânica, através de um conjunto de elementos que dizem respeito à trajetória inglesa até ao *Brexit*, relacionando este episódio com o conservadorismo e o nacionalismo inglês.

3.1. O Conservadorismo Liberal Inglês e o Common Sense na Identidade Social Britânica

Conforme fora possível observar no início deste capítulo, a presença do passado é algo essencialmente vivo no presente dos ingleses (Burke, 2016, p. 309). Contudo, para além dos aspetos externos que fortemente corroboraram para a conjuntura da sociedade britânica como conhecemos, existem também elementos internos presentes, seja no passado seja no dia a dia dos ingleses, que se tornaram indivisíveis da sua própria

identidade. Um destes elementos é a tradição conservadora inglesa presente, de forma evidente, na conduta política britânica, como também o chamado *common sense* refletido na sociedade.

A fim de conseguir elucidar o que vem a ser o pensamento conservador e a presença deste na cultura inglesa, torna-se necessário discorrer um pouco sobre o pensamento liberal, este que embora o nome sugira uma relação antagónica com o primeiro vem na verdade a ser uma relação simbiótica (Scruton, 2019, p. 47).

Em linhas gerais e fazendo um pouco alusão ao conceito de liberalismo salientado *a priori* neste trabalho, o liberalismo é uma ideologia política que surge primeiramente na Inglaterra em decorrência do movimento iluminista. O iluminismo fora um movimento político e filosófico bastante influente no século XVIII e XIX e que trazia consigo o apelo pelo uso da razão, valorização do conhecimento científico, oposição ao absolutismo, bem como discussões acerca das liberdades individuais e políticas dentro da sociedade.

Neste sentido o liberalismo emerge a partir deste movimento, inicialmente como uma proposta de pensamento económico. Em sua obra mais conhecida, *A Riqueza das Nações* (1776), o filósofo escocês Adam Smith (1723–1790) faz uma forte oposição ao modelo mercantilista praticado pela Inglaterra, em que se acreditava que o poder de um Estado advinha da capacidade deste de acumular riquezas. Ao fazer isso Smith e outros liberais farão uma ampla defesa em prol do livre-mercado, otimização do trabalho e desenvolvimento económico (Scruton, 2019, p. 34-35). Todavia, o pensamento liberal também terá seus desdobramentos na política e na sociedade por via de intelectuais como: John Locke; Thomas Hobbes; Thomas Paine e outros; que debatiam teses acerca do papel e legitimidade do Estado, os direitos naturais do indivíduo, liberdade civil e moral, regime de governo e o contrato social.

Deste modo, podemos dizer que enquanto o pensamento liberal clássico argumentava em defesa da razão, liberdade, direitos individuais, livre-mercado e progresso, o conservadorismo surge quase que naturalmente como uma espécie de freio aos excessos cometidos por este primeiro. Como uma tentativa de defesa das tradições e do conhecimento acumulado ao longo da história; preservação do Estado e das instituições políticas, valorização do ceticismo como método de prevenção ao excesso de racionalidade e tentações da utopia revolucionária, retorno às origens, e o resgate dos valores morais produzidos pela civilização ocidental. Contudo, em que momento podemos dizer que este surgiu?

A resposta certa para esta indagação pode variar, no entanto torna-se possível dizer que um dos momentos de maior expoente do pensamento conservador talvez tenha sido a Revolução Francesa. Na época o conservadorismo científico já existia no meio político inglês, porém quando veio a revolução na França, tais abstrações começaram a ganhar o centro do debate político (Levin, 2018). O processo revolucionário francês ganhou força alguns anos após a Revolução Americana no hemisfério norte, inicialmente como forma de protesto ao regime absolutista regido por Luis XVI, em decorrência da crise econômica e das condições miseráveis nas quais o povo vivia. Porém, conforme este movimento ganhou força e maior adesão popular – inclusive por intelectuais como Paine, Price e Rousseau – a revolução se tornou um regime de terror e instabilidade jamais vista na história, que colocava em xeque a sociedade francesa e tudo aquilo que nela existia: seus conhecimentos, cultura, tradições e instituições políticas.

Naquela época nenhum pensador entendeu melhor a essência daquele processo revolucionário e as consequências que dele viriam do que o parlamentar e estadista inglês Edmund Burke (1729-1797). Para Burke, os franceses não estavam apenas depondo um rei para efeitos de sanar uma crise, estavam destruindo toda uma estrutura política e herança social constituída na França durante séculos. Segundo o filósofo inglês,

mesmo neste extremo (...) a mudança deve ser limitada à parte deteriorada apenas; à parte que tornou o desvio necessário; e mesmo então deve ser efetuada sem uma decomposição de todo o corpo civil e político, com a finalidade desse criar uma nova ordem civil a partir dos primeiros elementos da sociedade. Um Estado sem meios para mudar, não tem meios para se conservar. Sem esses meios, corre até o risco de perder aquela parte da Constituição que com mais devoção desejaria conservar (Burke, 2014, pp. 43-44).

Neste sentido percebe-se que Burke não se coloca contrário às mudanças ou a liberdade individual dos cidadãos, na visão dele um Estado tem sim de estar sujeito a reformas e mudanças a fim de se aprimorar, no entanto tais mudanças precisam ser lentas e a liberdade para fazer isto deve estar ancorada na lei e nas instituições políticas organizadas. Para Burke a mudança é inevitável, a rutura não.

Destarte, podemos ver que o conservadorismo não necessariamente é antagônico a conceção das liberdades individuais, o conservador respeita a liberdade individual. Contudo, essa liberdade não pode ser uma condição geral e vitalícia para tudo, esta precisa estar submissa à lei e a tradição advinda da herança social e providência. Segundo Scruton (2015),

liberdade, porém, não pode ser identificada se estiver separada das instituições que a fomentaram. Trata-se da liberdade para fazer precisamente o que não é proibido pela lei, e o que é proibido pela lei registra uma longa tradição de

reflexão sobre a natureza e a constituição da sociedade (...) A liberdade sem instituições é cega: ela não consolida nem a continuidade social genuína nem a escolha individual genuína. Ela não significa mais que um aceno num vácuo moral. (...) para o conservador, o valor da liberdade individual não é absoluto, mas sujeito a outro valor mais elevado: a autoridade do governo existente (p. 48-50).

Assim, conclui-se que o conservador defende que exista uma medida nas coisas; que a liberdade esteja sujeita a uma ordem escrita e não escrita; que existam freios e contrapesos para efeito de conservação das instituições garantindo maior veracidade nas decisões políticas; e que quando estas forem tomadas sejam lentas, bem pensadas e respaldadas na lei e na tradição, não apenas baseadas na vontade geral. Pois, para os conservadores “não está em nossas mãos começar o mundo de novo” (Levin, 2018, p. 82).

Outro aspeto interessante acerca do conservadorismo é a visão que este tem sobre o contrato social estabelecido outrora pelos filósofos liberais. Burke, por exemplo, discordava ferozmente da concepção de contrato social promovida por Locke, que encarava este como sendo um acordo entre o Estado vigente e seus súditos.

Burke contestava essa ideia alegando que o contrato social estaria para além dessa concepção; uma relação de confluência entre a providência, passado, presente e futuro. Afinal de contas, ao olharmos de forma macro, a sociedade não é constituída apenas pelos vivos, mas pelos vivos, mortos e por aqueles que ainda estão para nascer. Neste sentido, o conservador entende que o princípio vinculativo do contrato não é meramente um pacto normativo entre suas partes, mas um amparo social de preservação da herança. Em outras palavras, tudo aquilo que resistiu ao tempo cronológico, se mostrando benéfico como tradição e conduta, diz muito acerca de nós como grupo e por isso tem a obrigação de ser preservado e passado adiante (Scruton, 2019, p. 39).

Dito isso, começamos a entrar em um pilar elementar para a compreensão do pensamento conservador, a defesa da tradição. Uma das principais críticas que Edmund Burke fez à época para os revolucionários franceses, fora de que estes estariam também destruindo tudo aquilo que fora salvaguardado pela sociedade francesa até então e assim jogando esta no vácuo da incerteza promovida pelo alarido flamejante da revolução.

Quando falamos em conservadorismo, em especial sobre conservadorismo britânico, o respeito à tradição é peça fundamental para o entendimento da questão. Pois, para além de meras convenções e formalidades enraizadas no dia a dia dos cidadãos, as tradições carregam consigo um simbolismo vital. São resíduos de numerosas tentativas,

erros e acertos cometidos ao longo de todo um processo histórico e que se juntaram em um conhecimento final. Assim, “uma verdadeira tradição não é uma invenção; é o subproduto involuntário da invenção, o qual também torna possível essa invenção” (Scruton, 2015, p. 84).

Este produto da invenção lapidado em forma de conhecimento geral pode advir das mais amplas esferas sociais, como: instituições de estado, igrejas, escolas, universidades, clubes e famílias; servindo assim de alicerce para as gerações seguintes. Em outras palavras, as tradições representam categoricamente o êxito daquilo que é experimentável e que aponta para um caminho indelével e que concede sentido a forma (Scruton, 2015, p. 89). Destarte, tendo-se discorrido acerca dos pontos vitais relativos ao conservadorismo político, cabe agora abordar como este se manifesta no dia a dia do povo britânico.

Algo que é bastante notório quando estamos a discorrer sobre os cidadãos ingleses é a presença da chamada cultura do *common sense* inserida em seu cotidiano. Essa cultura do bom senso pode ser explicada como uma espécie de sabedoria prática somada a um empirismo clássico amadurecido ao longo de séculos de história. Ou seja, é o apego e a preferência cristalina dos britânicos por aquilo que é palpável e concreto do que por ideias abstratas e discursos utópicos.

A cultura do *common sense* no dia a dia dos britânicos somada às premissas do conservadorismo político, talvez sejam o elemento prático mais explícito referente à construção da identidade social inglesa.

Afinal, independente de ideais partidários que por vezes podem ser antagônicos no jogo político, é categórica a existência de um sentimento de ligação e valorização do passado na população britânica geral; um sentimento de respeito às instituições simplesmente por estas perdurarem ao longo dos séculos e para, além disso, um sentimento de pertença a esta ordem social. Deste modo, “o conservadorismo surge diretamente da sensação de pertencimento a alguma ordem social contínua e preexistente e da percepção de que esse fato é importantíssimo para determinar o que fazer” (Scruton, 2015, p. 52).

Porém, esta também transcorre por via da exaltação de hábitos e peculiaridades tidas como tipicamente “ingleses” como: sua língua, monarquia e história, para além de tradições mais simples como o apreço inglês pelo silêncio, privacidade e até mesmo a famosa “hora do chá”. Conforme nos aponta Peter Burke (2016),

pode-se dizer que o apelo ao *common sense* é constante na vida inglesa do dia a dia, e que os ingleses consideram-se um povo que se pauta pelo bom senso mais

do que outros. (...) Como bom empiricistas, os ingleses mostram uma resistência à teoria, que eles associam à Alemanha ou à França e tendem a vê-la como *philosophising* – um termo pejorativo para referir-se a uma atividade desprezada como *hot air*, ou seja, desperdício e palavras vazias. (...) No nível mais elementar do dia a dia, os ingleses são tanto criticados como elogiados pelo seu culto ao *common sense* (usualmente se supondo que é consensual o que conta como *common sense*) e por seu *matter-of-factness* (apego a questões de fato); em outras palavras, pelo seu amor pelo concreto e pelo particular, oferecendo ao interlocutor “somente os fatos” não contaminados por teorias abstratas ou mesmo ideias gerais (pp. 265 – 266).

Essa tradição do *common sense* fez com que o consenso, tolerância, justiça e a prudência se tornassem o “carro chefe” da moral britânica, num modelo em que não se assume uma indeferença face aos problemas existentes a nível doméstico, mas optando por uma vertente moderada, de diálogo e mudanças graduais para efeito de suas resoluções, ao invés de ceder ao romantismo cego das revoluções sangrentas efetuadas por seus vizinhos.

Algumas provas empíricas para esta suspeição podem facilmente ser encontradas no percurso histórico da GB como, por exemplo, o facto da última guerra civil que o país testemunhou ter sido no século XVII, a república no Reino Unido ter durado um período bastante ínfimo sendo logo substituída pela monarquia constitucional, e mesmo dentro da Câmara dos Comuns, os partidos considerados extremistas sempre terem tido uma baixa adesão popular e encontrado maiores percalços do que outros uma vez dentro do governo.

Deste modo, pode-se afirmar que as práticas sociais produzidas pela cultura do *common sense* juntamente com as premissas filosóficas do conservadorismo político inglês estabelecido há séculos se revertem em tal identidade social.

Um perfil social coletivo majoritariamente marcado pelo pragmatismo, moderação e consenso, na qual nem sempre os fins que se deseja obter justificam os meios para tal intento, todavia os meios quando valorosos e razoáveis podem endossar os fins almejados. Ou nas palavras do filósofo conservador Michael Oakeshott (2012),

ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido, preferir o tentado ao não tentado, o facto ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, a felicidade presente à utópica (p. 05).

Evidentemente que embora a população geral da Grã-Bretanha tenha consigo esse pragmatismo cultural enraizado na sua identidade coletiva, ocorrem desvios à regra geral, com frequência por via de indivíduos que apelam para um discurso mais nacionalista e eurocético.

Em regra, estas vozes nacionalistas não ameaçam corroer os pilares das instituições democráticas inglesas, todavia isso não as torna menos perigosas ou subestimáveis. Para tal efeito, analisaremos a seguir o conceito de nacionalismo dando ênfase ao nacionalismo britânico, o saudosismo do império e ao sentimento que este tem consigo de ser o povo eleito da Europa Ocidental.

3.2. O Nacionalismo como Ideologia Política e o Saudosismo dos Tempos do Império

Na secção anterior abordamos o conceito de conservadorismo como pensamento filosófico e como uma doutrina de conduta política. Para tais efeitos, esta forma de pensamento político e filosófico produziu fortes ramificações no decorrer do tempo não apenas nas decisões políticas de Londres, mas também na postura e identidade social do próprio povo inglês. A chamada cultura do *common sense* somada a essa forma de ser conservadora ajudou a produzir a identidade social inglesa como a conhecemos hoje.

No entanto, torna-se importante destacar que para além de sua identidade social característica, o R.U. também partilha de um sentimento ufanista considerável e para o qual é necessário prestarmos atenção a fim de melhor compreendê-los. Em uma perspectiva bastante geral, torna-se possível dizer que os mesmos elementos nacionais que corroboram para a construção da identidade social britânica, também estão presentes na base do sentimento nacionalista – todavia, com divergências em questão de grau e essência que salientaremos mais à frente. Conforme nos apontam Renni e Santos (2016),

geralmente, a língua, a história comum, a religião, as formas de organização social e política darão margem para que um povo desenvolva o sentimento de pertencimento a um determinado local e a uma determinada cultura. As características mencionadas formam um arcabouço no qual um povo se verá como singular (p. 04).

Destarte, antes de adentrar de forma mais conceitual na perspectiva do nacionalismo britânico torna-se necessário salientar a discrepância existente entre o patriotismo e o nacionalismo.

Em linhas bastante gerais o patriotismo pode ser entendido como uma espécie de nexa da devoção apreciativa de determinado indivíduo, alusiva a ordem social a qual o mesmo pertence. Deste modo, no que diz respeito a estudos de identidade social

podemos considerar o fenómeno do patriotismo como um aspecto politicamente indispensável (Scruton, 2015).

Contudo, outro aspeto interessante do patriotismo e que o difere do nacionalismo – conforme veremos a seguir – é que ele não faz nenhuma espécie de chamado a uma causa imediatista, notabilizando-se por ser uma relação voluntária, cujo incentivo está presente justamente na interação e valorização mútua desta ordem social. O filósofo inglês, Michael Oakeshott (2012), nos fornece um bom paralelo da questão com os vínculos de amizade.

existem relações de outro tipo, nas quais não se busca nenhum benefício, que se realizam voluntariamente e se desfrutam pelo que são e não pelo que proporcionam. É o que sucede com a amizade. Aqui, o vínculo surge de uma relação de familiaridade e subsiste numa partilha mútua de personalidades (...) A relação entre amigos é sentimental, não utilitária; o vínculo é de familiaridade, não de utilidade; a atitude implícita é conservadora, não “progressista”. E o que é fundamentalmente verdade na amizade não é menos verdade em outras experiências – o patriotismo, por exemplo, ou a simples conversa –, cada uma das quais exige uma atitude conservadora como uma pré-condição para o seu gozo (p. 12).

Segundo salientado na subsecção anterior o conservador respeita as liberdades individuais, porém este não acredita que estas lhe garantam o direito a tudo, devendo estar muito bem baseadas nos limites da lei e nas convenções do próprio Estado. Ou seja, diferente dos liberais clássicos que sugeriam a sociedade como sendo apenas um amontoado de indivíduos livres, o conservador defende a liberdade ao mesmo tempo em que defende fielmente que esta primeira deve estar associada à sensação de pertencimento a algo além de si próprio.

Em outras palavras, deve existir um sentimento comum de obediência às instituições superiores ao tempo em que se nutre um sentimento de vínculo coletivo àquilo que nos torna próprios. Conforme nos aponta Scruton (2015)

os conservadores se opõem ao desejo de racionalizar a lealdade nacional por meio do mito de que ‘nós’ de algum modo somos superiores a ‘eles’ e, portanto, temos direito a destruí-los. O patriotismo é uma visão inteiramente mais comedida da questão: é simplesmente o reconhecimento de que nós resistimos ou caímos juntos e de que, portanto, é responsabilidade de cada um manter os costumes e os símbolos de nosso pertencimento comum à sociedade (p. 76-77).

Ao falarmos especificamente sobre o povo britânico esse sentimento de pertença a algo maior, que se traduz como seu lar, está presente em diversas convenções e características peculiares do próprio. Um exemplo empírico para essa questão talvez seja a própria monarquia do país, pois mesmo após uma violenta guerra civil que destituiu o rei vigente, o R.U. não adotou um modelo de governo republicano por muito

tempo. Ao contrário, posteriormente ao violento conflito e um período de terrível repressão, o parlamento optou por manter lealdade à Coroa e convidar o filho do antigo rei para assumir o trono.

Isso denota uma clara confiança do povo inglês na monarquia como instituição política. Segundo estudos de opinião recentes desenvolvidos pelo instituto Statista (2021), o apoio à monarquia no país é tido por uma vasta pluralidade dos cidadãos ingleses das mais diversas faixas etárias. Contudo, é entre os cidadãos de 65 anos ou mais que encontramos seus apoiantes mais convictos. De acordo com Clark (2021), acreditam que a GB deveria continuar mantendo sua monarquia no futuro: 42% dos ingleses entre 18 e 24 anos; 62% entre 25 e 49 anos; 72% entre 50 e 64 anos, e 84% entre os acima de 65 anos. Outro detalhe deste levantamento é a conjectura dos níveis percentuais de aprovação entre gêneros, com 64% dos apoiantes da monarquia sendo homens e 70% sendo mulheres entre as mais diversas faixas etárias consultadas.

Logo, o povo britânico respeita e apoia a monarquia não necessariamente devido ao carisma ou as competências pessoais deste ou daquele monarca, mas pelo facto da monarquia como instituição traduzir ao povo inglês, ainda que de maneira simbólica, um sentimento de segurança e pertença aquela ordem social em particular. Nas palavras de Scruton (2015, p. 81), é a noção simbólica de nacionalidade e soberania, além da ligação histórica com a entidade da qual os ingleses são parte.

Todavia, enquanto o patriotismo pode ser entendido como uma virtude que corrobora de forma silenciosa para o encontro de elementos comuns e auto percepção do povo inglês de si próprio, como uma nação forte e destemida, o mesmo já não pode ser dito acerca do nacionalismo inglês. Tal facto, resultado de o patriotismo ser uma demonstração virtuosa de sabedoria e daquilo que melhor enriquece a sociedade britânica, enquanto o nacionalismo torna-se a enfermidade da nação inglesa ao projetar uma imagem glorificada desta e de sua capacidade de potência.

Inicialmente torna-se necessário fazer uma apresentação conceitual do que seria o nacionalismo como ideologia, o filósofo conservador inglês Roger Scruton (2015, p. 76) aponta que a principal divergência do nacionalismo para o patriotismo ocorre pelo facto deste não atuar como um reforço positivo das questões subjetivas que estão postas na sociedade e que caracterizam o sentimento de lealdade, atuando na verdade como um chamamento para a guerra em vista deste.

Ao refletirmos sobre tal raciocínio, podemos então afirmar que o nacionalismo britânico nascera no ano 55 a.C, com a primeira invasão estrangeira realizada na ilha pelos romanos, em que os povos de origem Celta bravamente resistiram a fim de se

protegerem e a seu território. O mesmo talvez possa ser dito relativo a outros episódios icônicos transcorridos na região, como: Invasão Normanda, Revolução Gloriosa e até mesmo durante a Segunda Guerra Mundial com a Batalha da Grã-Bretanha e o esforço de guerra.

Apesar da perspectiva de Scruton sobre o nacionalismo ser uma boa síntese do mesmo, é preciso ter cuidado para não atribuir ao nacionalismo um ar gradativo que pode ser perigoso. Em outras palavras, não considerar de forma equivocada que o nacionalismo seja o grau mais radical do patriotismo, uma vez que ao fazer isso não se leva em consideração a diferença em matéria de essência entre ambos.

Conforme nos chama a atenção o professor britânico Anthony Smith (1979) um dos intelectuais de maior peso em razão de suas abstrações sobre a natureza do nacionalismo,

nationalism is as revolutionary as millennialism. It aims to reverse the status of the deprived, to make the last first. It announces the advent of a new era when the community will be reborn, and the ethnic fraternity, the true believers, will find salvation and peace. Reform is insufficient; the revolution is at hand. Only the total overthrow of the old order can ensure man's perfectibility and the arrival of God's kingdom, and only man's zeal and activism can prepare the revolution (...) nationalism is much more than an ideology of anti-colonialism, or a dislike of the foreign presence. It aims to build a nation, to construct a world of nations, each free and self-governing, each unique and cohesive, each able to contribute something special to a plural humanity. Nationalism therefore sets out to criticize the existing state of affairs from within. It regrets the lack of freedom, the lack of community, the loss of identity; and against this it prescribes the urgent need for choice, planning, participation and auto-emancipation. In the end, nationalism is a philosophy of collective self-help for those who share the same history; and its critique of society is a critique of social and political dependence (pp. 19-29).

Deste modo, podemos perceber que o nacionalismo por muitas vezes emerge como um sentimento de união e força, a fim de responder a uma crise ou promover uma mudança radical do cenário político-social de uma determinada região. Por numerosas vezes o nacionalismo não ascende em períodos de abundância e opulência político-econômica, mas sim em períodos marcados pelo caos e por um enorme lapso de desenvolvimento deste primeiro.

Em momentos em que a moral da população geral está baixa e sentimentos de desespero, frustração, incerteza e revolta estão em alta, torna-se extremamente fácil que ideais nacionalistas ganhem demasiada força na sociedade e com notória velocidade. Principalmente se houver indivíduos, ou até mesmo candidatos ao poder público, com um discurso assertivo e sedutor que fale ao coração das multidões,

inflamando, assim, o alarido das ruas bem como esse sentimento coletivo de frustração junto ao desejo por mudanças imediatistas.

No entanto, para efeitos de um melhor entendimento, torna-se necessário compreender que o nacionalismo como ideologia traz consigo diversas variantes. No seguimento desta secção detalharemos duas destas, o nacionalismo cívico e o étnico. Estas por sua vez podem ocorrer de forma separada ou conjunta a depender do Estado em questão e das circunstâncias político-sociais vigentes. Segundo nos define John Breuilly (2014),

nationalism as the idea that membership of the nation provides the overriding focus of political identity and loyalty, which in turn demands national self-determination. (...) Ideology can be civic or ethnic. Civic nationalism is commitment to a state and its values. State membership determines nationality, as in the multi-ethnic immigrant society of the USA. Ethnic nationalism is commitment to a group of (imagined) common descent. Nation precedes state, as in ethno-national states formed in modern Europe. There are problems with this distinction. Every nationalism invokes culture and values, and these change, often quickly (pp. 388-389).

Ao refletirmos sobre as variantes do nacionalismo apresentadas por Breuilly, percebe-se que existe uma divergência nítida de essência entre ambas as variantes. Pois, enquanto o nacionalismo cívico busca reforçar a ideia de compromisso entre o indivíduo e o Estado como autoridade, sugerindo um esforço comum de todos em prol do progresso, assim como da defesa de seus valores quando ameaçados; o nacionalismo étnico, por sua vez, aposta em um discurso mais romântico e ufanista de engrandecimento da raça como superior. Em outras palavras, enquanto uma variante se caracteriza pela perspectiva liberal, voluntária, universalista e de cooperação, a outra se apresenta como uma visão antiliberal, protecionista, saudosista e de divisão de seus pares (Brubaker, 2017, p. 296).

Destarte, o nacionalismo cívico pode ser definido em linhas bastante gerais como um modo díspar de construção nacional. Segundo nos elucida Michael Keating (1996),

civic nationalism is a different mode of nation-building. It is a collective enterprise of its members but is rooted in individual assent rather than ascriptive identity. It is based upon common values and institutions, and patterns of social interaction. The bearers of national identity are institutions, customs, historical memories and rational secular values. Anyone can join the nation irrespective of birth or ethnic origins, though the cost of adaptation varies. There is no myth of common ancestry. Civic nationalism is based upon territorially defined community, not upon a social boundary among groups within a territory. This is not to say that any piece of real estate can form the basis for a nationalism. There needs to be a structured set of political and social interactions guided by common values and a sense of common identity. (...) Civic nationalism is linked with liberal thought and Lockean theories of contract. The nation is constituted by the voluntary consent of those who comprise it (pp. 05-08).

Nesse sentido, podemos dizer que a visão acerca do nacionalismo cívico, para além das perspectivas liberais clássicas, também se assemelha muito com a definição de patriotismo sugerida por Roger Scruton. Ou seja, entender a sociedade como um espaço comum do qual todos nós fazemos parte e por esta razão devemos ter o compromisso cívico de respeito e preservação de tudo aquilo que tipifica esta sociedade e nos faz ser quem somos.

Esse compromisso voluntário e liberal também interage com a ideia de contrato social proferida por Edmund Burke no século XVII, que discordava duramente da versão apresentada por liberais como John Locke, e sugeria que o contrato social não era meramente um compromisso entre o indivíduo e o Estado soberano, mas sim entre o Estado, a providência, os vivos, os antepassados e as futuras gerações.

Desta feita, ter-se-ia de preservar o conhecimento acumulado e transferido pela herança social, bem como procurar promover reformas políticas graduais e pragmáticas, a fim de se atingir um melhor aperfeiçoamento do Estado onde este fosse necessário.

Obviamente, que ao fazer estes paralelos entre as diversas definições abordadas no decorrer do trabalho não estamos a procurar simplificar estes sugerindo que um seja o mero reflexo substantivo do outro. Procuramos, sim, mostrar que, embora o nacionalismo cívico seja um conceito próprio, este possui pontos em comum com as definições a priori desenvolvidas sobre patriotismo e conservadorismo inglês, e o papel destes na distinção da sociedade britânica.

Assim como o nacionalismo cívico mostra sua influência dentro da sociedade britânica, o nacionalismo étnico também tem se mostrado cada vez mais presente neste eixo nos últimos tempos. Para tal, torna-se necessário discorrer um pouco sobre o que vem a ser o nacionalismo étnico.

Enquanto o nacionalismo cívico é uma variante bem mais recente do ponto de vista ideológico, tendo surgido junto à emergência dos ideais liberais clássicos no século XVIII e a própria concepção de Estado-nação, o nacionalismo étnico por sua vez é bem mais antigo e se posiciona na contramão deste sentindo ao fazer alusão a pautas como o protecionismo económico, exaltação da raça e cultura, bem como a reivindicação de uma sociedade homogénea.

Neste sentido, o nacionalismo étnico potencializa o grau relativo à perspectiva cultural e étnica de um determinado povo, servindo de forma basilar a este em determinado cenário como um farol para seus pensamentos e ações. Outro fator importante que culmina para uma melhor perceção do nacionalismo étnico é a ideia de “povo eleito”.

Ou seja, o povo originário de um determinado território ao reivindicar seus direitos e soberania, estariam se colocando como o povo escolhido, seja por uma força divina seja por peculiaridades históricas da própria etnia. Conforme nos salienta Guimarães (2009),

nacionalismo é o sentimento de considerar a nação a que se pertence, por uma razão ou por outra, melhor do que as demais nações e, portanto, com mais direitos, sendo manifestações extremadas desse sentimento a xenofobia, o racismo e a arrogância imperial. (...) O preconceito de considerar a sua nação melhor do que as demais têm sua origem na ideia de que as divindades teriam escolhido um povo, uma certa nação, como eleita, isto é, a nação como um conjunto de indivíduos que adoravam uma certa divindade (p. 01).

A ideia de se considerar um povo eleito e por isso com mais direitos do que os demais não é nova na história mundial como bem sabemos, tendo sido inclusive o estopim de diversas manifestações e processos revolucionários contra a influência de potências estrangeiras ou colonizadoras. Ao olharmos para o passado percebe-se que os movimentos nacionalistas que tiveram maior impacto na história, e por consequência obtiveram maior sucesso, foram marcados por pautas nacionalistas étnicas, como: identidade, cultura, religião, língua e local de origem, especialmente durante século XX.

Basta nos lembrar de períodos como o pós-primeira guerra mundial em que novos Estados, cujos territórios até então constituíam parte de impérios centenários, começaram a emergir no velho continente. Ou até mesmo durante a segunda metade do século XX em que velhos territórios pertencentes a África, Oriente Médio e Ásia passaram a buscar sua emancipação daqueles que um dia foram seus colonizadores.

Segundo Hobsbawm (1990) estes episódios podem ser explicados pelo facto que durante estes períodos “os estados precisavam de uma religião cívica”, a fim de uni-los e orientá-los em contraposição as suas antigas metrópoles. Logo, o nacionalismo étnico se notabiliza por essa maximização do sentimento de pertencimento nacional, que assim como o cívico advém de características nacionais comuns e de um local de origem.

Todavia, o que difere ambos é o grau de potencialização de um para com estas características domésticas. Podendo, assim, tornar-se um prelúdio para um protesto ou reivindicação popular de determinado grupo. Importa lembrar que tais reivindicações populares não necessariamente ocorrem de forma violenta, basta nos lembrarmos de episódios como a Independência da Índia, por exemplo, assim como outras nações da *Commonwealth* que se emanciparam do império pacificamente.

No entanto, ainda que expresso de forma silenciosa e democrática, o nacionalismo étnico não deixa de ser igualmente perigoso. Pois, para além do enaltecimento das características comuns também pode vigorar, conforme salientamos acima, um sentimento de frustração e desconfiança para com as instituições políticas e democráticas. A difusão dessas ideias na sociedade se dá de forma rápida e necessita atenção, pois, conforme veremos mais à frente, estas, por vezes, podem conduzir a nação a cometer equívocos graves em vista de uma supervalorização da autoimagem nacional.

Conforme fora possível observar até o dado momento o nacionalismo embora reflita em sua estrutura certos elementos do patriotismo, estes não necessariamente se assemelham podendo divergir a níveis de essência e grau. Discorremos sob o ponto de vista técnico, as nuances previstas nas variantes do nacionalismo como conceito e a forma como estas operam, todavia é necessário apontar a influência destas no nacionalismo inglês.

Desta feita, podemos afirmar que o nacionalismo britânico carrega em sua estrutura um pouco de ambos os ideais, cívico e étnico. O nacionalismo cívico compactua muito com os valores morais e a conduta quotidiana dos próprios ingleses, seja na política seja no dia a dia. A preservação e preferência por aquilo que já é tido como certo e funcional, ao invés do ilusório e não palpável torna o pragmatismo uma característica essencialmente inglesa.

Para além disso, também temos a valorização nacional, não em prol de uma lei, mas sim a partir de um consentimento geral da população. Conforme nos chama atenção Lopes (2018) “o nacionalismo moderno emerge, então, a partir da união dos cidadãos em torno de um sentimento compartilhado. (...) de uma consciência nacional” (p. 10). Essa consciência nacional esta presente tanto de forma intrínseca como extrínseca ao cidadão inglês, desde a chamada exaltação do passado nacional como a preservação de símbolos, convenções e costumes próprios.

Outro aspeto relevante ao nacionalismo britânico é a sua origem insular. Pois, conforme vimos ao longo do segundo capítulo, o povo inglês em sua origem insular é um povo que nunca se viu totalmente como um povo europeu. Embora pareça um pouco sugestivo demais dizer isso, o facto de o Reino Unido ser uma ilha, possui enorme impacto na construção de seu ideal nacional.

Especialmente relativo ao facto deste ter sido por décadas a maior força naval e imperial do mundo, estes se viam como um agente autónomo e não dependente de nenhum outro Estado europeu para se desenvolver. O mesmo talvez possa ser dito

quando pensamos em períodos de digressão e conflito como a Segunda Guerra Mundial, em que o Reino Unido fora o único país do continente a não ser invadido pelas forças alemãs. Isto certamente tornou mais rígido o sentimento de valorização nacional frente às demais nações, criando a imagem de uma nação forte e não submissa a ninguém. Segundo afirma Stephen George (1991) logo após o conflito,

nationalism has served three functions for British governments: a domestic legitimation function; a party political function; and a function within the diplomatic bargaining system of the EC. (...) During that period a quartet of ideas established a formidable hegemony over British political debate. Those ideas were liberal economics, parliamentary government, an international mission, and national pride. After the war both Labour and Conservative Parties conducted political debate in terms of this old quartet of values (p. 05).

Estas quatro perspectivas salientadas por George nos ditam muito a respeito do nacionalismo étnico britânico, especialmente relativo à questão de missão internacional e orgulho pátrio. Pois, tendo em vista suas características internas e sua história, o R.U. em seu auge sempre ocupou um papel de liderança e influência global. Desta forma, pode-se dizer que o país e seus nacionais se veem, desde há muito tempo, como sendo o povo eleito; como aqueles que orientarão as demais nações quase como em uma missão divina. Essa perspectiva de missão internacional, muito sustentada nos alicerces do antigo império está presente até hoje no ideal nacional inglês.

O mesmo pode-se afirmar para o chamado orgulho nacional, constituído por via de uma consciência coletiva lapidada ao longo de séculos. Esse orgulho nacional cria freios e contrapesos na consciência nacional da população, tornando estes mais céticos a organizações multilaterais como a União Europeia, por exemplo, conforme defende Scruton (2017).

nós dos Estados nacionais europeus precisamos ganhar novamente a soberania que as gerações anteriores moldaram com tanto trabalho com base na herança do cristianismo, do governo imperial e do direito romano. Ao fazermos por merecer, possuiremos essa herança e teremos paz dentro de nossas fronteiras (pp. 15-16).

Todas estas minúcias salientadas convergem a seu próprio modo, algumas supervalorizadas outras menos, para a manutenção desse tal nacionalismo inglês. Em suma, podemos alegar que embora os cidadãos ingleses sejam, majoritariamente, um povo que goze do prazer e da segurança do ceticismo, este também possui suas fraquezas, especialmente referentes à própria trajetória. A nostalgia pelos grandes tempos da Coroa continua a ser um calcanhar de Aquiles para os britânicos.

3.3. Uma Análise Construtivista acerca da Identidade Social Inglesa em meio ao *Brexit*

Nas secções anteriores procurou-se desenvolver os conceitos teóricos relativos ao conservadorismo e ao nacionalismo inglês, e a maneira como estes interagem no seio da sociedade inglesa. Logo, tendo em vista a pergunta de investigação prevista na parte introdutória desta dissertação “Qual a identidade ideológica do Brexit?”; e o objetivo principal, analisar de forma aprofundada em que medida os conceitos de conservadorismo e nacionalismo estiveram atuantes na retirada inglesa, o presente trabalho recorre à teoria pura e a uma abordagem histórico-descritiva a fim de desenvolver uma análise construtivista densa sobre a atual identidade social inglesa, e assim averiguar se o *Brexit* poderia ser classificado como um fenómeno político nacionalista.

Contudo, antes de iniciarmos a análise teórica da pauta, faremos uma breve adução técnica sobre a metodologia escolhida para a abordagem e desenvolvimento do estudo em questão.

De uma forma geral, as pesquisas científicas podem ser classificadas em diferentes taxonomias. A teoria pura – como no caso da presente dissertação - remete a natureza básica da pesquisa científica, cujo o objetivo principal é o desenvolvimento de estudos novos e úteis à comunidade científica e ao avanço da ciência, ainda que sem uma aplicabilidade prática aparente (Zanandrea, Craco, Camargo, Olea & Biegelmeier, 2017, p. 159).

Tendo em vista que a natureza do vigente trabalho é o desenvolvimento de uma pesquisa pura, a metodologia escolhida para tal se foca no levantamento, estudo e análise de eventos históricos que dizem respeito a um determinado grupo, sociedade ou instituição. Segundo nos explicam Lakatos e Marconi (2017), sobre o método histórico,

partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações (p. 137).

Posto isto tal abordagem metodológica, bem como a natureza da pesquisa, enquadra-se perfeitamente na pesquisa vigente e na vertente teórica selecionada para cumprimento da análise, o construtivismo social nas relações internacionais. Desta feita analisaremos agora, à luz do construtivismo social de Alexander Wendt, os elementos históricos reunidos ao longo do capítulo 02; junto aos conceitos teóricos sobre o conservadorismo e o nacionalismo britânico desenvolvidos no capítulo 03, visando, assim, enquadrar estes ao vigente episódio do *Brexit*.

Primeiramente, conforme fora possível observar ao longo do desenvolvimento dos conceitos sobre o construtivismo social na visão de Alexander Wendt, o que determina o *status* operante de Estado a uma determina região é um conjunto de fatores que se relacionam entre si tanto a nível interno como externo.

Estes fatores precisam não somente ser reconhecidos pelos cidadãos nacionais pertencentes aquele país em particular, como também precisam ser legitimados pelos pares internacionais daquela nação no âmbito das relações externas. Neste sentido, vamos analisar aquilo que Wendt definiu como sendo a identidade corporativa aplicando esta ao Reino Unido e como este por ventura se relacionou com seus vizinhos no sistema internacional.

Segundo nos pontua Wendt (1994), a identidade corporativa de um Estado necessita fundamentalmente de quatro elementos principais: a segurança física e capacidade de reagir a inimigos externos quando necessário; a segurança ontológica e a vontade de criação de relações sociais estáveis; reconhecimento como um ator pelos demais agentes para além do aspecto de força bruta e capacidade reativa; desejo mútuo de desenvolvimento no sentido de atendimento das aspirações humanas por progresso e continuidade (p. 385).

Desta feita, seguindo a metodologia histórica com a qual destrinchamos a trajetória do R.U. – capítulo 02 – pontuaremos os aspetos salientados por Wendt no caso britânico. Primeiramente a questão referente à segurança física. Conforme visto *a priori*, o Reino Unido em virtude de sua notável ascensão como um dos principais impérios da história moderna, mostrou-se, em diversos momentos, um agente com capacidade militar e de segurança física bastante consolidada.

De certa forma podemos dizer que a construção dessa característica começara lá atrás no ano 55 a.C, em decorrência da invasão romana à ilha britânica, quando os povos nativos da região pegaram em armas a fim de tentar resistir a dominação estrangeira. Dando início à história daquele povo, bem como ao sentimento ufanista de resistência e independência insular que perduraria durante anos.

Todavia, fora durante o auge do seu imperialismo e influência ao longo do século XVIII e XIX que o R.U. mais deu exemplos de sua capacidade militar e de defesa. Basta lembrarmos de episódios como: a Revolução Americana, Guerra do Ópio, Guerra dos Boeires, e até mesmo durante o século XX na Primeira e na Segunda Guerra Mundial, em que a participação deste não seria ínfima.

Não obstante, eis que recentemente o R.U. sinalizou uma maior preferência por esta pauta, especialmente após o término do período de transição do Brexit. Em novembro do ano passado, o *premier* Boris Johnson anunciou o maior investimento já feito no orçamento militar britânico desde a Guerra Fria (MacAskill, 2020).

Segundo o governo britânico a pretensão seria ampliar os gastos militares do país a fim de elevar a atual posição do R.U. como o país que mais investe em defesa na Europa. Nas palavras do atual *premier*,

I have taken this decision in the teeth of the pandemic because the defence of the realm must come first, (...) The international situation is more perilous and more intensely competitive than at any time since the Cold War and Britain must be true to our history and stand alongside our allies. To achieve this, we need to upgrade our capabilities across the board (Johnson, conforme citado em MacAskill, 2020).

Tal postura não apenas confirma, em adição ao embasamento histórico, o aspeto salientado por Wendt em relação à segurança física, como parte da identidade corporativa, como também sinaliza uma mudança na política britânica pós-*Brexit*. Com este querendo mostrar-se para os demais agentes como uma nação forte, líder e independente.

Na sequência, outro ponto posto pelo teórico construtivista faz alusão à segurança ontológica e a vontade compartilhada de criação de compromissos sociais estáveis. No caso inglês, esta também se mostra notável e com respaldo histórico. Conforme comentado em Burke (2016), ao contrário do que fizeram os reinos português, espanhol e francês que traziam consigo o ideal colonialista por via do uso da força, o R.U. demonstrou um notável equilíbrio entre estas ideias colonialistas e a interdependência económica, criando o chamado “império informal” pelas vias comerciais e a disseminação de seus valores e ideias (p. 337).

Em adição a este aspeto, temos o reconhecimento deste como um ator pelos demais agentes internacionais. Este talvez seja o mais óbvio de todos no que diz respeito ao Reino Unido, especialmente no auge do seu império quando este era a principal liderança hegemónica do mundo, com esferas de influência e rotas comerciais em várias localidades ao redor do mundo conforme já elucidado no texto.

Por último, temos o desejo comum no sentido de aspirações ao progresso e ao bem-estar humano. Neste particular encontramos exemplos em numerosos casos da história inglesa, como: a expansão do comércio e dos valores ingleses por via da *Commonwealth*, a adesão do país a diversas organizações internacionais multilaterais, a adesão e a contribuição do R.U. na U.E. e em certas pautas desenvolvidas por esta no decorrer dos anos. Todos estes exemplos elucidam e apontam para esta aspiração por parte dos ingleses visando o progresso e o bem comum.

Logo, podemos afirmar que no que se refere a identidade corporativa do R.U., dentro dos pilares do pensamento construtivista nas RI e do embasamento histórico realizado, este apresenta-se como um ator demasiado forte, independente e demasiado competente no que diz respeito à sua segurança, defesa, comércio e cooperação. Obviamente que o R.U. é ciente do próprio *status quo* e isso reflete-se na forma como este se posiciona dentro da estrutura e a maneira como este conduz subjetivamente suas relações com os demais agentes. Assim entramos na discussão relativa à estrutura anárquica do país *vis-à-vis* os demais agentes.

Segundo Wendt (1992) nos aponta a estrutura anárquica e a forma como um agente se comporta dentro dela são conjuntamente construídos por via da consciência humana e da concordância coletiva (p. 394). Logo, a forma como um Estado constrói-se tanto internamente quanto à forma como este se projeta nos aspetos externos da chamada identidade corporativa, influenciam o balanço de poder dentro da estrutura anárquica deste com aquele agente, podendo esta variar de acordo com a pauta, momento, circunstância ou liderança política vigente. O que na visão do teórico nos deixa à mercê de três possíveis estruturas anárquicas: a hobbesiana, a lockiana e a kantiana (Wendt, 1999, p. 257-258).

Neste sentido, ao adentrarmos na perspectiva histórica do Reino Unido torna-se possível afirmar que assim como na sua identidade corporativa, em que se reconhece como grande potência com vasto poder de influência política e econômica em áreas-chaves do globo, a maneira como este se posicionou dentro da estrutura seguiu o mesmo padrão.

Ao olharmos o R.U. sob o prisma de pensadores como Ferguson (2016) e Speck (2017) pode-se dizer que este, no início de sua capacidade de potência, em numerosas situações agiu de forma hobbesiana dentro da estrutura, intervindo militarmente sempre que achou necessário a fim de salvaguardar seus interesses políticos e econômicos. Entretanto, tendo em vista o argumento trazido por teóricos como Burke (2016), Darwin (2009) e Passetti (2016) que destacam mais a influência comercial do império junto às regiões da *Commonwealth* e um imenso conjunto de minúcias

fortuitas que corroboraram para sua ascensão, temos um R.U. a se comportar de maneira lockiana dentro do sistema. Ou seja, a GB na construção da sua posição como nação fez uso de sua capacidade militar e de confrontação a fim de assentar uma posição segura. Todavia, este no auge de sua influência, a chamada “era de ouro do império”, também utilizou de meios mais brandos a fim de escorar sua posição como potência hegemônica.

Contudo, torna-se um pouco difícil alegar que este tenha também adotado uma postura kantiana mesmo após sua entrada na CEE em 1973. Conforme nos elucidaram Renni e Santos (2016), a presença britânica dentro da comunidade europeia fora por vezes quase súbita, tendo este se recusado a apoiar as pautas europeias na sua totalidade, beneficiando de um mecanismo de *opt-out* que lhe dava plena isenção política quando este não considerava a pauta pertinente a seus interesses nacionais.

Mesmo dentro da U.E. o R.U. demonstrava relutância a essência integralista da comunidade como um todo, selecionando as pautas que estivessem mais alinhadas com seus interesses. Ou seja, uma postura mais lockiana do que propriamente kantiana. Agora, estando este oficialmente fora do bloco, o R.U. possivelmente continuaria agindo da mesma forma dentro da estrutura anárquica, encarando a U.E. não como seu inimigo, mas como um adversário com o qual pode convergir e colaborar em tais pautas e competir em outras.

Assim, tendo-se analisado por via do enquadramento teórico selecionado os elementos que condizem com a identidade corporativa e as várias formas de ação do R.U. dentro da estrutura anárquica, recentramos agora a análise no cenário interno do processo de retirada dos ingleses, analisando por via das abstrações de Wendt os elementos do conservadorismo e nacionalismo inerentes ao povo britânico e a forma como estes corroboram para a construção da identidade deste agente a nível nacional.

Conforme elucidado no início deste capítulo em Burke (2016) e Scruton (2015), o *common sense* britânico manifesta-se em diversas pautas valiosas aos britânicos. Pautas estas que se mostraram eficazes e aplicáveis ao longo do tempo cronológico e desta forma se traduziram em um comportamento social comum e perene entre as mais diversas gerações.

Ao olharmos para o conservadorismo liberal inglês sob a ótica construtivista de Alexander Wendt, torna-se possível fazer tal afinilamento teórico. Afinal, segundo proferiu Wendt (2004), a relação entre Estados é construída socialmente dentro da devida estrutura e identidade corporativa adotada por este perante as circunstâncias e situações postas a ele, correto? Contudo, tais elementos e posturas externas

correspondentes a cada agente não surgiram do vazio de forma espontânea, estes têm suas bases ancoradas em algo maior e anterior a estes que é a identidade social. Desta feita, o caso britânico torna-se ainda mais emblemático em razão justamente desta identidade social compartilhada e consolidada ao longo das eras, e que tem suas bases nesse bom senso inglês.

Conforme exemplificado em Burke (2016) e Speck (2017), os ingleses por numerosas ocasiões mostraram uma maior preferência por aquilo que já fora testado e teve sua eficácia apurada. Alguns exemplos deste conservadorismo podem ser encontrados na historiografia política e social do país, como: o facto do republicanismo ter durado pouco tempo; a última guerra civil no país ter sido há mais de trezentos anos; a preferência pela monarquia constitucional como uma instituição política, além de questões mais subjetivas como a preservação da língua inglesa, o apreço dos ingleses pelo silêncio e a privacidade, entre outros fatores.

Ao analisarmos todos estes elementos à luz do construtivismo social, percebe-se que estes pormenores convergem historicamente de forma robusta e silente em meio à civilização e ao tempo, assim, delineando aos poucos essa identidade social inglesa; uma identidade cujas raízes encontram-se latentes no conservadorismo liberal, seja no âmbito político, seja no âmbito da sociedade comum.

Todavia, ao utilizarmos a mesma abordagem para discorrermos sobre a presença do nacionalismo imerso na sociedade britânica, também encontrar-se-ão exemplos deste e da forma como este esteve contínuo ao longo da constituição nacional. Conforme visto em Burke (2016), Speck (2017) e em Renni e Santos (2016), o nacionalismo inglês surge nos primórdios da formulação deste como Estado-nação e ganha demasiada força ao longo dos séculos.

Desde o seu descolamento geográfico do resto do continente europeu; as primeiras invasões ocorridas na região; a expansão deste para os demais territórios que compunham a GB como Escócia, Irlanda e País de Gales; sua expansão para além dos mares como uma presença imperialista, comercial e cultural; a recusa em fazer parte da CECA de início, e a manutenção deste para com a sua presença dentro da *Commonwealth* mesmo após a queda do seu império. Todos estes episódios apontam para o nacionalismo como elemento que constitui a imagem nacional que os próprios ingleses têm do país.

Logo, tendo como base todos esses exemplos salientados, assim como os conceitos teóricos acerca do nacionalismo discorridos em Smith (1979), George (1991) e Breuilly (2014) e outros, podemos afirmar que assim como a premissa do conservadorismo

liberal está presente na história e na identidade social inglesa, o nacionalismo também compartilha de forte vitalidade em meio a sociedade.

Contudo, torna-se primoroso salientar que estamos aqui a fazer referência ao chamado nacionalismo cívico que destacamos *a priori* no capítulo, em que a coexistência dos valores liberais, o pragmatismo, a tolerância e a defesa dos interesses nacionais se afluem na forma de ser dos ingleses. Além é claro de postumamente corroborar para a construção da identidade corporativa que o R.U. expressa no exterior, tendendo por vezes mais para Locke do que para Hobbes.

Todavia, o nacionalismo que estivera presente na retirada inglesa fora muito diferente do nacionalismo cívico que pontuamos. O *Brexit*, nesse sentido, daria espaço a um sentimento nacionalista totalmente anacrônico, porém gravado em determinadas camadas da sociedade.

Este nacionalismo anacrônico, como chamaremos aqui, não chega a flertar com a violência ou com a xenofobia necessariamente, no entanto este serve a um fim de elevação da memória coletiva do povo inglês, esta por sua vez muito alusiva a um determinado período da história, que funciona como um alicerce retórico e nostálgico em prol da reivindicação por maior independência e autonomia. Tal sentimento nacionalista, atrelado de forma basilar ao crescimento sem assentamento do euroceticismo na U.E. nas últimas décadas, é uma expressão da antiga memória dos tempos de glória da coroa, em que o vital era a expansão, o fortalecimento e a defesa do império inglês.

Obviamente, que dentre as motivações daqueles 51,9% dos eleitores que optaram pelo *Leave* (BBC News, 2016), houve diversas escusas que “justificavam” a escolha, inclusive aspetos objetivos e práticos como a discordância das políticas integralistas europeias, as políticas económicas e de mercado comum, imigração e livre circulação de pessoas. Contudo, o que sugerimos nesta interlocução não é a inexistência destes motivos referentes à relação do R.U. com a U.E., ou a resistência as políticas integralistas da U.E., mas sim que por trás de tais objeções persiste um nacionalismo anacrônico e um saudosismo dos tempos em que o R.U. era o exemplo mais próximo de um governo global (Ferguson, 2016).

Conforme nos destaca Margaret MacMillan (2016), essa ansiedade nostálgica por uma época passada, juntamente a um pacote de memórias distorcidas de força, resiliência, e independência contribuíram em peso para o voto de saída, nas palavras dela,

one of the things that kept being said in the whole campaign by the Euroskeptics was that as soon as we free ourselves from the shackles of Europe, we will soar

again as a rising power, and we'll resume our rightful place as leader of the Anglo-sphere. (...) Nostalgia is a dangerous thing, because it sort of has this hazy golden view of what things were like in the past, which is often very, very partial (MacMillan, conforme citado em CBC, 2016).

Tal questão ganha maior embasamento quando fazemos, por exemplo, um comparativo dos dois referendos. No caso, o referendo de adesão do RU a CEE em 1975 e o referendo de retirada em 2016. Conforme nos pontua Towle (2017),

older people usually vote against change. The Brexit vote was therefore unusual because younger people often supported the 'remain' campaign while many older people voted to leave. The latter frequently justify their votes in the 2016 referendum by arguing that they were 'tricked' into voting to remain in the European Community 41 years earlier. They believed in 1975 that they were supporting a free trade area which became more like a federation. The implication is that Edward Heath, the Prime Minister who led the country into the Community in 1973, was disingenuous about what was involved. (...) But it is questionable how far electors were 'tricked'. Politicians transmit messages but recipients select those which fit their picture of the world (p. 01).

Desta forma, podemos colocar que embora pudessem ter havido “objeções pragmáticas” relativas à U.E., bem como objeções as políticas europeístas, tais escusas não se demonstraram constituir o verdadeiro fator do *Brexit*, este por sua vez se deve a uma leitura parcial de alguns que, naquela altura do referendo, minavam a U.E. como a grande responsável por quaisquer insucessos que o R.U. possa ter colhido nas décadas anteriores, e em vista disso fazer a defesa de uma fantasia.

Several factors and explanations have already been identified: some argued the Brexit success is partially due to the alienating forces of globalization, whereas others suggested many, potentially disgruntled Labour voters, voted to leave due to anti-establishment sentiments. These explanations have identified, no doubt, some key problems in both local and global politics, but they have overlooked the affective nationalistic appeal in the Brexit discourse. It was not really the economy or rational cost-benefit calculations that played an important part in the debate. Rather, it was the Brexit discourse which invoked some return to greatness, to a lost national-civilizational 'golden era' of British power while blaming immigration and the EU for standing in the way. (Mandelbaum, 2016, p. 01).

Nesse sentido, fica claro para nós que o *Brexit* em sua essência fora sustentado por uma ansiedade nostálgica advinda de um sentimento e narrativa nacionalista inteiramente arcaica e que não condiz nem um pouco com a análise da real identidade social feita acerca dos britânicos.

Estes que por sua vez compactuam de um senso e conduta liberal conservadora, construída e testada ao longo de décadas de história. Embora possamos encontrar dentro dessa moral conservadora elementos que nos remetam a um sentimento

nacionalista, este nacionalismo se categoriza como uma vertente mais cívica e pragmática do mesmo, onde a mudança e defesa dos interesses nacionais são fundamentais, desde que ancoradas em uma proposta de engrandecimento e perenidade. Ou nas palavras do pensador inglês Roger Scruton (2015, p. 54), “o desejo de conservar é compatível com todos os tipos de mudança, desde que essa signifique continuidade”.

Assim sendo, convêm a defesa que procuramos fazer nesta presente dissertação de mestrado. Ao analisarmos o povo britânico à luz das abstrações construtivistas sociais de teóricos como Alexander Wendt, percebemos que o Reino Unido no decorrer de sua história e trajetória política, económica e social conquistou uma posição de destaque como agente internacional dentro da estrutura anárquica. Esta posição deve-se a uma série de características presentes no âmbito externo, conforme salientado, contudo, também se deve a fatores internos que são provenientes da identidade social britânica. Identidade esta que conforme pudemos analisar mostra-se em via de regra pautada pelos ideais do conservadorismo liberal, *common sense* e o nacionalismo cívico.

Todavia, embora possamos afirmar que a identidade social do povo britânico é majoritariamente alinhada com tais teses, o *Brexit* mostrou-se um ponto fora da curva neste sentido, abrindo caminho para a afloração e maior expressão de um nacionalismo anacrônico e nostálgico que tem suas bases em uma leitura parcialmente equivocada da própria história, somado a argumentos provenientes do euroceticismo. Logo, ainda que a identidade social britânica possa ser classificada como liberal conservadora, a identidade ideológica do *Brexit* mostra-se iminentemente nacionalista.

Conclusão

A ideia para esta presente dissertação de mestrado surgiu de uma forma um tanto peculiar, tendo em vista todos os respetivos detalhes relacionados ao *Brexit* e as mais diversas pesquisas já publicadas referente a temática abordando-a sobre diferentes olhares técnicos e objetivos. Nesse sentido, a motivação para esta dissertação emergiu de um conjunto de leituras particulares sobre o *Brexit*, o conservadorismo liberal, o nacionalismo e a recente história inglesa. A fim de querer se desenvolver uma pesquisa pura sobre a temática e abordar a questão de uma forma inédita e unificadora, esta vigente pesquisa fora desenvolvida da seguinte forma.

Inicialmente buscou-se desenvolver um estudo bastante detalhado sobre o enquadramento teórico selecionado para esta investigação, o construtivismo social. A escolha desta teoria de relações internacionais decorreu notoriamente da escolha da temática a ser trabalhada na dissertação, o estudo da identidade social britânica durante o *Brexit*.

Diferente das teorias mais clássicas que protagonizaram o primeiro grande debate das relações internacionais – realismo e liberalismo – o construtivismo apresenta uma outra abordagem não tão voltada para as discussões de natureza positivista e materialista, mas sim para as questões de natureza ontológica.

Nesse sentido, o construtivismo social aponta que assim como ocorre nas relações sociais entre os indivíduos, as relações internacionais entre os Estados são socialmente construídas, em virtude de nossas ideias e conceitos, que determinam não somente a nossa percepção do outro, como a nossa identidade e a forma como nos posicionamos frente ao mundo. Logo, a escolha desta tese, com um enfoque especial nas abstrações do teórico norte-americano Alexander Wendt, foi imprescindível para o desenvolvimento desta pesquisa sobre a identidade social do R.U.

Juntamente ao desenvolvimento do enquadramento teórico foi igualmente importante a revisão histórica sobre o Reino Unido e dos principais episódios que levaram a consumação deste como um importante Estado-nação, por via da abordagem histórico descritiva. Ao longo do levantamento de relatos e informações históricas, encontrou-se diversos episódios na trajetória nacional inglesa que apontaram para a premissa inicial pensada para este trabalho; apontar que apesar dos diversos entraves e reviravoltas singulares em sua história, o Reino Unido a nível político e social, tanto internacionalmente como domesticamente, manteve uma postura mais voltada ao pragmatismo, a conservação de suas instituições, ao reformismo gradual de suas

ineficiências, optando sempre pela preservação e valorização do conhecimento empírico acumulado, bem como de suas tradições e costumes que sobreviveram ao longo do tempo cronológico. Ou seja, uma identidade social mais conservadora.

Este argumento mostra-se crível e defensável quando analisamos determinados fatos e episódios históricos do R.U., como: o facto da última guerra civil que o país vivenciou ter sido há mais de trezentos anos; a tentativa de implementação de um republicanismo no país não ter encontrado grande adesão, sendo logo substituído pela monarquia constitucional que vigora até hoje; a preservação de suas instituições políticas mais antigas como a Câmara dos Comuns e a Câmara dos Lordes; a monarquia e a realeza ainda encontrar forte apoio da população inglesa no período vigente; a relutância do Reino Unido em fazer parte da CECA no início, dando maior relevância as relações que este já possuía com os países da *Commonwealth* e os Estados Unidos; sua entrada na CEE ter sido acompanhada de muitas críticas e ressalvas políticas; o fato deste ter apoiado determinadas pautas somente quando estas lhes eram convenientes; ou até mesmo na preservação de determinados hábitos e costumes sociais tidos tipicamente como ingleses, como o apreço inglês pelo silêncio, descrição ou mesmo a famosa “hora do chá”.

Neste sentido, podemos afirmar que dadas as devidas evidências levantadas e a forma como este se posicionou em diversos episódios, tanto a nível interno como externo, o R.U. se notabiliza como uma nação cuja identidade social é historicamente conservadora. Tal afirmação ganha robustez quando analisamos os elementos mencionados *a priori* à luz do conceito do conservadorismo britânico.

O conservadorismo inglês com base nos escritos de autores como: Adam Smith, Edmund Burke, Michael Oakeshott e mais recentemente, Roger Scruton caracteriza-se como uma conduta social e política que tem como seus fundamentos essenciais: o respeito e a preservação das instituições na sociedade civil; a preservação do conhecimento científico acumulado através do tempo; a conservação de tradições e costumes quando estes se mostram eficientes e essenciais a cultura daquela ordem social; a preferência por reformas graduais e bem planejadas de modo a sanar as ineficiências vigentes, garantindo um melhor bem-estar social. Todos estes elementos são perceptíveis no cerne da sociedade inglesa e no decorrer de sua trajetória como Estado-nação.

Entretanto, enquanto o R.U. se apresenta com uma identidade social mais conservadora e pragmática, o mesmo não pode ser dito em relação ao *Brexit*. Ao longo desta nossa pesquisa, também fora salientado os conceitos referentes ao nacionalismo

inglês, este por sua vez difere-se totalmente da postura conservadora quanto a questão de essência conceitual.

Durante as análises fora possível concluir tendo como base as questões históricas e as abstrações de autores como: Anthony Smith, Michael Keating, John Breuilly, Stephen George e demais outros, que o nacionalismo não pode ser considerado como um grau mais elevado do conservadorismo. Embora haja diferentes vertentes do nacionalismo, como o cívico e o étnico que salientamos nesta pesquisa, estes não estão alinhados com as teses do conservadorismo inglês.

O nacionalismo difere-se deste ao apresentar-se como uma espécie de chamado ou incitação popular tendo em vista uma pauta ou discurso mais imediatista. Normalmente este tende a ganhar força quando o país esta a enfrentar uma situação de crise econômica ou política, o que pode abrir oportunidade para que discursos disruptivos e com tendencia anti-moderna possam se materializar entre as massas.

Por meio desta presente pesquisa, ficou claro que o *Brexit* foi um exemplo prático disto. Este por sua vez encontrou abertura no sentimento eurocético em forte ascensão no velho continente nas últimas décadas, em países como a França, Itália, Hungria e Polónia. Embora pudessem haver escusas objetivas e técnicas por parte da população inglesa que votou em favor do *Leave*, como: política econômica, orçamentária, segurança e defesa, excesso de políticas integracionistas, imigrantes e demais outras, estas não se encontram no cerne da pauta que sustenta a discussão em prol da ideia de retirada.

Ao longo desta dissertação de mestrado ficou evidente que a base do Brexit esteve ancorada em um sentimento nacionalista adormecido e que remete a uma nostalgia dos grandes tempos do império britânico. Esse sentimento nacionalista, que não chega necessariamente a ser violento ou xenofóbico, notabiliza-se por fazer referência a determinados períodos da trajetória inglesa, em que este era a mais influente das potências mundiais. Contudo, tal referência é feita de forma totalmente enviesada e sensacionalista, criando uma imagem de superioridade e autonomia que não condiz mais com a realidade vigente.

Logo, o resultado que fora possível obter ao longo de uma pesquisa aprofundada da história inglesa, tendo como lente de análise as abstrações construtivistas do teórico Alexander Wendt nas relações internacionais, foi que embora o Reino Unido apresente-se com uma potência regional demasiada influente no continente europeu e com condutas bastante pragmáticas e cautelosas em seus posicionamentos, seja na identidade social como na identidade corporativa. O *Brexit* provou-se uma exceção a

tudo isto, apresentando-se com uma identidade ideológica predominantemente nacionalista. Um nacionalismo anacrônico e nostálgico que não encontra eco na identidade social inglesa construída ao longo de séculos de tradições e história.

Bibliografia

Baltazar, M. S. (2016). *Anthony Giddens e a teoria da estruturação*. 01, Évora: Desenvolvimento e Sociedade, Universidade de Évora, p. 83-91.

Beevor, A. (2015). *A Segunda Guerra Mundial*. 01, Rio de Janeiro: Record.

Blainey, G. (2011). *Uma Breve História do Século XX*. 02, São Paulo: Fundamento Educacional Ltda.

Breuilly, J. (2014). *Nationalism*. In: Baylis, J., Smith, S., & Owens, P. *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. 06, Oxford: Oxford University Press, p. 387 – 400.

British Prime Minister Harold Macmillan's Speech to the South African Parliament in Cape Town, South Africa on February 3, 1960 (24 de Setembro de 2017). AFREEKA: Grupo de Pesquisa Africanidades e Crítica da Economia Política, Disponível em: <https://afreekasite.wordpress.com/2017/09/24/discurso-o-vento-da-mudanca-de-harold-macmillan-primeiro-ministro-britanico-ao-parlamento-sul-africano-em-1960-inedito-em-portugues/> [Consultado em: 17 de Setembro de 2020].

Brubaker, R. (2017). *Nacionalismo “cívico” e “étnico”*. Revista Sociedade e Cultura, 01(20), Goiânia, p. 295-312.

Burke, E. (2014). *Reflexões sobre a Revolução na França*. 01, São Paulo: Edipro.

Burke, P. & Burke, M.L.G.P. (2016). *Os Ingleses*. 01, São Paulo: Contexto.

Cardoso, P. (06 de Julho de 2016). *Libra atinge mínimos de 31 anos face ao dólar*. Euronews, Disponível em: <https://pt.euronews.com/2016/07/06/libra-atinge-minimos-de-31-anos-face-ao-dolar> [Consultado em: 23 de Março de 2021].

Clark, D. (05 de Março de 2021). *Do you think Britain should continue to have a monarchy in the future, or should it be replaced with an elected head of state?*. Statista, Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/863893/support-for-the-monarchy-in-britain-by-age/> [Consultado em: 10 de Março de 2021].

Clark, D. (05 de Março de 2021). *Do you think Britain should continue to have a monarchy in the future, or should it be replaced with an elected head of state?*. Statista, Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/864052/support-for-the-monarchy-in-britain-by-gender/> [Consultado em: 10 de Março de 2021].

Darwin, J. (2009). *The Empire Project: The Rise and Fall of the British World System 1830-1970*. Cambridge: Cambridge University Press.

De Ville, F. & Siles-Brügge, G. (2019). *The Impact of Brexit on EU Trade Policy*. *Politics and Governance*, 03(07), p. 07-18.

De Ville, F. & Siles-Brügge, G. (2019). *The Impact of Brexit on EU Policies*. *Politics and Governance*, 03(07), p. 01-06.

Dupont, C. & Moore, B. (2019). *Brexit and the EU in Global Climate Governance*. *Politics and Governance*, 03(07), p. 51-61.

Durkheim, E. (2004). *As Regras do Método Sociológico*. 09, Lisboa: Presença, p. 37-49.

EU Referendum Results (26 de Junho de 2016). BBC News, Disponível em: https://www.bbc.co.uk/news/politics/eu_referendum/results [Consultado em: 27 de Março de 2021].

Ferguson, N. (2016). *Império: como os britânicos fizeram o mundo moderno*. 02, São Paulo: Planeta.

French President Charles DeGaulle's Veto on British Membership of the EEC (14 de Janeiro de 1963). ETH Zürich: Center of Security Studies, Disponível em: <https://ethz.ch/content/specialinterest/gess/cis/center-for-securities-studies/en/services/digital-library/publications/publication.html/125401> [Consultado em: 19 de Outubro de 2020].

Fierke, K.M. (2010). *Constructivism*. In: Dunne, T., Kurki, M. & Smith, S. *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. 02, Oxford: Oxford University Press, p. 187-204.

George, S. (1991). *British Policy in the European Community: The Commitment to Globalism*. Washington DC, Disponível em: <http://aei.pitt.edu/7230/> [Consultado em: 13 de Novembro de 2020].

Giddens, A. (1984). *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press.

Gomes, I. (2016). *Potenciais impactos do Brexit nos mercados globais de energia*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, p. 03-08.

Guimarães, S. P. (2009). *Nação, nacionalismo e Estado*. Repositório, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

- Hacking, I. (1999). *The Social Construction of What?*. Cambridge: Harvard University Press.
- Hayward, K. (2021). *Northern Ireland*. In. *Brexit and Beyond*. UK in a Changing Europe, p. 91-93.
- Hirst, J. (2018). *A Mais Breve História da Europa*. 01, Rio de Janeiro: Sextante.
- Hobsbawm, E. J. (1990). *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hubbard, C., Moxey, A. & Harvey, D. (2021). *Agriculture*. In. *Brexit and Beyond*. UK in a Changing Europe, p. 10-12.
- Is the Brexit vote nostalgia for the bygone glories of the British Empire?* (25 de Junho de 2016). CBC Radio, Disponível em: <https://www.cbc.ca/radio/sunday/who-s-voting-trump-nostalgia-for-brittannia-ad-blockers-are-killing-the-internet-the-poet-who-hates-poetry-1.3649955/is-the-brexit-vote-nostalgia-for-the-bygone-glories-of-the-british-empire-1.3649960?cmp=rss&x-eu-country=false> [Consultado em: 07 de Abril de 2021].
- Jackson, R. & Sørensen, G. (2018). *Introdução às Relações Internacionais*. 03, Rio de Janeiro: Zahar.
- Keating, M. (1996). *Nations against the State: The New Politics of Nationalism in Quebec, Catalonia and Scotland*. New York: St. Martin's Press.
- Keohane, R.O. & Nye J.S. (1977). *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little Brown Company.
- Lakatos, E.M. & Marconi, M.A. (2017). *Fundamentos de Metodologia Científica*, 08, São Paulo: Atlas.
- Leite, F.T. (2018). *10 Lições sobre Kant*. 09, Petrópolis: Vozes.
- Levin, Y. (2018). *O Grande Debate: Thomas Paine, Edmund Burke e o nascimento da esquerda e da direita*. Lisboa: Escolar Editora.
- Lichon, S. C. (2018). *Scottish Independence in the Age of Brexit*. New Jersey: Ramapo College of New Jersey, Ramapo College Honors Program.
- Lopes, M. C. (2018). *Nação e Nacionalismo: Uma revisão bibliográfica*. Uberlândia: Repositório Institucional – Universidade Federal de Uberlândia.

MacAskill, A. (18 de Novembro de 2020). *Post-Brexit UK announces largest military investment since Cold War*. Reuters, Disponível em: <https://www.reuters.com/article/britain-defence/post-brexit-uk-announces-largest-military-investment-since-cold-war-idUKL8N2I464D> [Consultado em: 04 de Abril de 2021].

Mandelbaum, M. (2016). *The Brexit Fantasy*. E-International Relations Publishing, p. 01-03.

McEwen, N. (2021). *Scotland*. In. *Brexit and Beyond*. UK in a Changing Europe, p. 87-88.

Miguel, B. & Miguel, R. (24 de Dezembro de 2020). *União Europeia e Reino Unido selam um acordo comercial histórico para a era pós-Brexit*. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-12-24/uniao-europeia-e-reino-unido-selam-um-acordo-comercial-historico-para-a-era-pos-brexit.html> [Consultado em: 24 de Março de 2021].

Moraes, L.F., Filho, A.D. & Dias, D.V. (2003). *O Paradigma Weberiano da Ação Social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional*. Revista de Administração Contemporânea, 02(07), Curitiba, p. 57-71.

Morgenthau, H.J. (1965) *Scientific Man versus Power Politics*. Chicago: Phoenix Books.

Nogueira, J.P & Messari, N. (2005). *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 01, Rio de Janeiro: Elsevier.

Oakeshott, M. (2012). *Ser Conservador*. Lisboa: Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha

Passetti, G. (2016). *Os Britânicos e seu Império: debates e novos campos da historiografia do período vitoriano*. Revista História (São Paulo), 77 (35), São Paulo: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, p. 01-24.

Porfírio, F. (n.d.). *Max Weber: biografia, livros e ideias*. Uol - Mundo Educação, Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/max-weber.htm> [Consultado em: 09 de Setembro de 2020].

Portes, J. (2021). *Immigration*. In. *Brexit and Beyond*. UK in a Changing Europe, p. 32-33.

- Renni, Y.S & Santos, R.J. (2016). *Do Insulamento ao Brexit: Raízes do Cetismo Britânico na União da Europa*. Revista Neiba, (05), Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Sarfati, G. (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. 01, São Paulo: Saraiva, p. 259-277
- Scruton, R. (2015). *O que é Conservadorismo*. 01, São Paulo: É Realizações.
- Scruton, R. (2017). *Uma Filosofia Política: Argumentos para o Conservadorismo*. 01, São Paulo: É Realizações.
- Scruton, R. (2019). *Conservadorismo: um convite à grande tradição*. 01, Rio de Janeiro: Record.
- Scofield, A.C.B. (2018). *As especificidades da relação entre o Reino Unido e a União Europeia: desde a adesão ao bloco às suas futuras relações após o Brexit*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Silveira, M.S.S. (2018). *Brexit: O Reino Unido face ao projeto de integração europeia*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Smith, A.D. (1979). *Nationalism in the Twentieth Century*. New York: New York University Press.
- Smith, M. (2019). *The European Union and the Global Arena: In Search of Post-Brexit Roles*. Politics and Governance, 03(07), p. 83-92.
- Speck, W.A. (2013). *História Concisa da Grã-Bretanha*. 01, São Paulo: Edipro.
- Tetlow, G. & Pope, T. (2020) *Brexit and coronavirus: economic impacts and policy response*. Londres: Institute for Government.
- Theys, S. (2017). *Constructivism*. In. McGlinchey, S., Walters, R. & Scheinpflug, C. *International Relations Theory*. E-International Relations Publishing, p. 36-41.
- Tobin, P. (2021). *Climate Change*. In. *Brexit and Beyond*. UK in a Changing Europe, p. 12-13.
- Towle, P. (2016). *Brexit: The 1975 and 2016 Referenda Compared*. E-International Relations Publishing, p. 01-02.
- Vitória de Boris Johnson pode dar fôlego ao separatismo na Escócia e na Irlanda do Norte?* (13 de Dezembro de 2019). BBC News Brasil, Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50787084> [Consultado em: 27 de Março de 2021].

Waltz, K.N. (1979). *Theory of International Politics*. Nova York: McGraw-Hill Education.

Waltz, K.N. (2002). Structural Realism after the Cold War. In. G.J. Ikenberry (org.), *America Unrivaled: The Future of the Balance of Power*. Nova York e Londres, Cornell University Press, p. 29-68.

Winston Churchill, speech delivered at the University of Zurich, 19 September 1946 (04 de Agosto de 2016). Council of Europe, Disponível em: <https://rm.coe.int/09000016806981f3> [Consultado em: 17 de Setembro de 2020].

Weber, M. (1977). *Critique of Stammler*. New York: Free Press.

Wendt, A. (1992). *Anarchy Is What States Make of It*. *International Organization*, 02(46), Cambridge: Cambridge University Press, p. 394-419.

Wendt, A. (1994). *Collective Identity Formation and the International State*. *American Political Science Review*, 02(88), Washington DC: American Political Science Association, p. 384-396.

Wendt, A. (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wendt, A. (2004). *The State as Person in International Theory*. *Review of International Studies*, 30, Cambridge: Cambridge University Press, p. 289-316.

Winters, L.A. (2021). *Trade Policy*. In. *Brexit and Beyond*. UK in a Changing Europe, p. 147-149.

Zanandrea, G., Craco, T., Camargo, M., Olea, P. & Biegelmeier, U. (2017). *Análise Metodológica das Dissertações Defendidas no Programa de Pós-Graduação em Administração da UCS*. *Revista Gestão Universitária na América Latina*, 01(10), Florianópolis, p. 155-170.